

S
UFRJ/IEI
TD88

043948-7

Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 88

A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMEN-
TISTA NO BRASIL - UMA HIPÓTESE
PRELIMINAR

José Luís Fiori

Fevereiro/1986



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



43 - 016350

A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL -
UMA HIPÓTESE PRELIMINAR

José Luís Fiori

Fevereiro/1986

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA

F468

Data: 15 / 5 / 86

Registro: 043548-7

ans 98308

S
UFRJ/IEI

TD 88

FICHA CATALOGRÁFICA

Fiori, José Luís

A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil
- uma hipótese preliminar.

-- Rio de Janeiro; UFRJ/Instituto de Economia
Industrial, 1986.

113 p.-- (Texto para Discussão; nº 88)

1. INTRODUÇÃO*

1.1 Um fantasma e uma esperança percorrem, hoje, as veias abertas do continente latinoamericano: crise e democracia a parecem, aí, como face e contraface de uma mesma perplexidade teórica e política. Mais do que isso, parece em ação há algum tempo uma dinâmica que vem se consolidando de forma tendencialmente perversa: quanto maiores se fazem as privações, ansiedades e frustrações acumuladas pela recessão, pelos frutos da anarquia financeira e pela expansão da barbárie social, maior o número, a complexidade e a heterogeneidade das demandas que desaguam, anárquicas, no leito impreciso de um projeto democrático, cujos horizontes e mecanismos de sustentação parecem pouco nítidos. Donde, por um lado, o surpreendente consenso que galvaniza o pensamento e mobiliza a opinião pública na defesa de um projeto que jamais convencera as elites nem sensibilizara as forças populares latinoamericanas, e, de outro, a incerteza que paira sobre os rumos futuros do continente, confundindo as expectativas dos atores e dificultando a análise dos teóricos.

Nem por isso a razão crítica pode abdicar de sua tarefa. Pelo contrário, se a desordem conjuntural impede previsões seguras, a crise, denunciando o fim de uma época, anuncia, como pensava o filósofo, a hora vespertina em que voa o pássaro de Minerva. O anoitecer viabiliza, e a urgência impõe, um rigoroso esforço reflexivo sobre os conflitos e as tendências que explicam a criticidade da conjuntura real. Tarefa difícil, sem dúvida, porém necessária. Só ele pode esclarecer as origens,

* Esse texto é parte de um ensaio contido na Tese de Doutorado "Conjuntura e ciclo na dinâmica de um Estado periférico", apresentada em fevereiro de 1985 à Universidade de São Paulo.

indicar os obstáculos e sinalizar as direções possíveis desta complexa travessia, ainda quando não possa adivinhar nem impor os caminhos de uma esperança coletiva que se alimenta da radicalidade da crise e se projeta, indevassável, pelos caminhos da força e da criatividade.

Independente de como se conceitue a natureza da crise contemporânea - destacando, como sua especificidade, seus aspectos econômico-financeiros e tecnológicos, os seus aspectos político-ideológicos, quando não civilizatórios - parece claro que ela traz em seu bojo, ou vem acompanhada, em todas as latitudes, de uma crítica analogamente radical ao Estado. O anti estatismo surge nos anos sessenta, e avança, nos anos senta, como um vendaval, ganhando apoio em quase todos os países capitalistas, cêntricos ou periféricos.

Sendo que, se hoje essa é uma bandeira de recorte nitidamente conservador, não se pode esquecer que suas raízes fo^ram plantadas por um pensamento progressista que, nos anos sessenta, encontrou sua máxima expressão condensada nas revoltas de 1968, ocorridas no coração da bem sucedida Europa do bem estar social. Ali tomaram corpo e concretude histórica as críticas da New Left ao autoritarismo e à repressão embutidos nas instituições democráticas e intervencionistas do Estado Social. Mobilizados pela guerra do Vietnã, mas também pela decepção com o socialismo 'real' da Europa Oriental, e pela apatia aparente da classe operária européia e norteamericana, a nova esquerda propunha o fim da guerra, sim, mas também o fim do au^{toritarismo} embutido no estado intervencionista.

Donde podemos afirmar que renasceram juntos liberalismo e anarquismo, reivindicando suas velhas teses, derrotadas na virada do século, contrárias ao estatismo dominante depois da primeira guerra mundial. Sim, porque foi a partir daí que no plano ideológico, político, econômico e teórico - pela via das experiências soviética, fascista e social-democrata - foram reprogramadas, pactuadas e teorizadas as novas funções do Estado no planejamento e na organização-gestão do capitalismo monopolizado. Encerrava-se ali, de forma aparentemente definitiva, a era do Estado liberal, por cima das objeções conservadoras e das críticas feitas pelo socialismo libertário às consequências, por ele previstas, da prática de um socialismo estatista e de um reformismo social-democrata que se propunha, no controle da ação estatal, alcançar um "capitalismo organizado" e, quando não, mais à frente, um socialismo democrático.

Como é sabido, depois da crise de 1929, o Estado capitalista redefiniu-se como instrumento básico na prevenção e controle das crises, mediante o ativamento planejado de suas 'contra-tendências', envolvendo-se, diretamente, na manutenção e ampliação das taxas de lucro e dos níveis de investimento, fazendo-os compatíveis com as exigências de emprego e consumo da população.

Atropelando as objeções político-ideológicas levantadas pela oposição liberal, consolidou-se, assim, amplo e longo consenso, alinhavado pelos pensamentos keynesiano e social-democrata, e apoiado por uma sólida e estável aliança entre as principais forças sociais e políticas, cujo pacto sustentou a-

quela transformação estatizante. Consenso e pacto forjados ao calor de guerras mundiais, uma grande crise econômico-financeira e várias experiências fascistas, fenômenos esses que marcaram a violenta luta pela sucessão da hegemonia inglesa.

Consolidada a Pax Americana, depois de 1945, o novo acordo trazia, como sua pedra angular, o Estado interventor: cristalização institucional do pacto corporativo entre o governo, os sindicatos e o capital responsável pelo surto de crescimento com paz social que, nos anos 50/60, alimentou a utopia de uma sociedade estável de consumo de massas, com bem-estar e liberdade para todos.

Hoje, depois de três décadas desta bem sucedida experiência, a recessão, o desemprego e a inflação parecem certificar, a partir dos países centrais, que o 'grande acordo' e sua eficaz operação entraram em crise, alcançando, talvez, o limite de sua potencialidade.

Nesse momento, agigantam-se as críticas neo-liberal e neo-libertária alimentadas pelo descalabro real, e pela descrença coletiva na eficácia de uma nova solução estatista. Surpreende, entretanto, que frente a esse quadro de crise os neo-liberais proponham, pura e simplesmente, a volta às teses declinônicas da doutrina econômica clássica a respeito do Estado-gendarme, desconhecendo o peso das modificações histórico-estruturais já ocorridas.

Mas chama a atenção, também, paralela às propostas

vagamente descentralizadoras dos libertários, a perplexidade de um pensamento socialista que, preso às suas velhas idéias estatistas, não consegue dar conta das transformações, nem, tampouco, formular propostas alternativas frente à crise.

Na verdade, se o debate tem girado em torno à eficácia da intervenção econômica do Estado, em sua essência, ele aponta as novas formas possíveis de organização da dominação política. Onde, se conservadoras e anarquistas convergem na crítica ao estatismo, divergem radicalmente na definição de suas causas e dos caminhos de sua superação.

Assim, se os primeiros postulam, como no famoso relatório da Trilateral Commission, de 1975, que a crise política contemporânea resulta da 'ingovernabilidade' dos modernos sistemas políticos, asfixiados pelo "excesso de democracia", sua terapêutica, sendo liberal do ponto de vista econômico, tende a ser coerentemente autoritária do ponto de vista da participação política. Como bem o viu J. Portantiero, "el Estado estaria ahora sobrecargado de expectativas y de responsabilidades, demasiado pesadas para la capacidad que posee de procesarlas con sus recursos de poder. En ese sentido, implícita e explícitamente, la crisis del Estado actual aparece, en rigor, como crisis de la democracia en el Estado, como crisis de un tipo de orden hegemónico que vinculaba sociedad y política de manera democrática. Lo que está en cuestion, finalmente, es la democracia, no tan-

to el estado" (1984, p.101). Donde compreenda-se que, por detrás da pálida desativação da intervenção econômica do Estado, o que se tem observado na prática conservadora dos neo-liberais no poder é o congelamento de certos âmbitos do relacionamento social e uma ativa desmobilização de organizações participativas, substituídas por um estado, desejável e patrocinado, de apatia coletiva.

"The apathetic electorate ceases to be an anomaly and appears, instead, as a necessary condition for the legitimation of the state whose effectiveness would be impaired if the electorate were to be seized by an extended fit of participatory zeal. The state needs taxpayers and soldiers, not active citizens. It requires occasional citizens in order to lend plausibility to the fiction that the state is based upon democratic consent and that its action are therefore legitimate". (S. Wolin, 1980, p.9).

Já os libertários sublinham aspectos radicalmente opostos, vindo, na raiz da crise política, a burocratização estatizada das relações sociais e das formas orgânicas de participação cidadã propondo, como decorrência, a necessidade de ampliar e renovar os canais de participação democrática, ou ainda, mais do que isso, a necessidade de repensar a teoria e a prática democrática à luz de uma proposta "participacionista" que propõe estender as arenas de deliberação e decisão, fazendo-as eficazes em todos os níveis possíveis.

Entre essas duas posições, a social-democracia e o

socialismo clássico parecem premidos num espaço que se faz tão mais exíguo quanto menor é a sua capacidade de inovar suas velhas propostas estatistas.

A crise, entretanto, tem uma consistência real que extrapola o nevoeiro ideológico, encontrando suas verdadeiras raízes nas transformações econômicas, sociais e políticas produzidas pela longa e eficaz vigência do pacto corporativo, e pela presença crescente do Estado assegurando a reprodução global das relações de produção e dominação. Entre as conseqüências desejadas, algumas, e inesperadas, outras, nasceu uma nova realidade estrutural, gerada e consolidada durante esses 50 anos de "estadolatria".

Diagnosticada, à direita, como de "excesso de democracia", e, à esquerda, como "fiscal" de "legitimidade" ou de escassez de participação, essa crise do Estado, na verdade, explicita tendências embutidas num padrão de desenvolvimento capitalista que, não cabendo mais na camisa de força dos Estados liberais, hoje, tampouco se adequa aos moldes estreitos das "democracias sociais". Novidade que atinge o próprio conceito-realidade-viabilidade da cidadania como pedra angular da sociedade democrática. São as relações estado-sociedade, constituídas no século passado e na primeira metade do século XX e profundamente reestruturadas depois da segunda guerra mundial, as que, hoje, aparecem desafiadas pelos poderes locais, pelas grandes corporações e pelas estruturas internacionalizadas de poder.

Mais do que as perplexidades de Tocqueville, viram-se confirmadas as previsões mais pessimistas de Weber e Michels, com relação ao crescimento e ao poder das grandes burocracias públicas e privadas, associadas a um estado apático das massas. Estando certo H. Kariel quando afirma que: "the Reagan administration merely gives explicit expression to the dominance of apolitical processes which are becoming characteristic of modern government" (1983, p.252).

Os sistemas partidários, ou nasceram cedo e hoje com petem ombro a ombro com as demais burocracias, ou perderam a su a hora e vegetam à sombra dos estados. Os parlamentos ficaram estreitos para abrigar interesses que se transnacionalizaram e o voto é, quase, uma peça de museu, substituído, em parte, pelos estudos diários de uma opinião pública amplamente manipulada.

Nas palavras de Poulantzas: "L'administration tend donc à monopoliser le rôle d'organisateur politique des classes sociales e de l'hegémonie, ce qui va de pair avec la transformation de partis de pouvoir. Ces partis, plus que lieux de for mulation politique et d'elaboration des compromis et des allian ces sur la base de programmes plus ou moins précis, plus que des organismes maintenant des liens effectives de représentation avec des classes sociales, constituant désormais des véri tables courrois de transmission des décisions de l'exécutif ... La légitimation se déplace vers les circuits plébiscitaires et purement manipulatoires (médias) dominés par l'administration e l'exécutif" (1978, p.255).

As principais arenas decisórias transferiram-se para dentro das burocracias, impondo-se a preeminência indiscutida dos Executivos por sobre a divisão dos poderes, dificultando-se, ao máximo, o controle da população sobre os mecanismos e conteúdos de decisões tomadas ao arrepio do princípio da "responsabilidade democrática".

A substituição do indivíduo-cidadão pelas corporações, da vontade coletiva pela decisão tecnocrática, e da competição dos interesses no mercado e na sociedade civil pelas disputas no interior dos executivos estatais passaram a ser os traços dominantes desta nova realidade que hoje está em crise. Por ou tro lado, o mesmo processo de transformação, ao passar pela transnacionalização das relações econômicas e pela bi-polarização das relações bélicas, erodiu as bases reais do poder so berano de Estados Nacionais que aparecem, muitas vezes, atuando como uma corporação, entre outras, numa teia de relações econômico-financeiras e militares mundiais, frente às quais os cidadãos e as sociedades civis perderam fôlego, não logrando construir uma nova institucionalidade capaz de regular e gerir, sob sua vontade, as relações econômicas e políticas supra-nacio nais.

Dessa forma, do ponto de vista de suas relações internas com a sociedade, tanto quanto das relações externas com os demais Estados Nacionais, a crise do Estado capitalista e das democracias sociais aparece, hoje, estreitamente associada à paralisia de sua velha sociedade civil e à sua impotência frente aos interesses e estruturas transnacionalizadas.

Os mesmos fatores, nesse sentido, que viabilizaram o crescimento com estabilidade e paz social durante o período bem sucedido da hegemonia norteamericana parecem ser, assim, os responsáveis dinâmicos pela crise político-institucional dos estados capitalistas centrais, na crítica conjuntura atual. Previdos, como causa e efeito, a um só tempo, por aquelas transformações, os Estados, no capitalismo central, batalham na frente externa em busca de uma nova ordem mundial, enquanto sofrem, no plano interno, o ataque frontal de forças que tentam sintetizar em suas ideologias desestatizantes a profundidade do desafio e a radicalidade da crise vivida pelos Estados Sociais. Ali, o projeto democrático não parece ter a mesma força, nem ser a esperança que mitiga os sofrimentos e afasta o fantasma da crise.

1.2 A crise da periferia capitalista latinoamericana inscreve-se nesse movimento de reorganização da ordem mundial. Ali, como alhures, coloca-se com insistência crescente o problema da desestatização. Com a diferença fundamental, entretanto, de que, nesse caso, a crítica do Estado aparece confundida ou obscurecida pela luta contra o autoritarismo dominante nas décadas de sessenta e setenta.

A confluência de descontentamentos com os governos militares, contudo, não consegue esconder, por detrás do consenso democratizante, as profundas divergências que dividem as forças coligadas em torno à avaliação e definição das velhas e novas funções do Estado.

Se a América Latina não conheceu o "estatismo autoritário" de Poulantzas, absorveu "precoce" quase todos os seus traços internos, através de um autoritarismo militar explícito, sem ter a contraparte democrática e de bem estar vivida pelos países europeus. Neste sentido a questão se agrava quando, ali, a proposição de uma institucionalidade liberal-democrática aparece como tábua de salvação frente a uma crise que também é global, reunindo os efeitos do ciclo industrial interno aos estrangimentos externos em uma desordem similar, marcada pela recessão, pela inflação e pelo desemprego, somados a uma profunda "crise de representação" das idéias, dos partidos e das instituições em geral. Donde a associação da crise econômica ao fracasso do autoritarismo, sem que, entretanto, os vários grupos estejam de acordo sobre a cota diferencial de responsabilidade do estatismo e do autoritarismo na produção do descalabro.

Frente a isso, a versão local de ideologia neo-liberal, instrumentando interesses, muitas vezes longamente beneficiados pelo estatismo e pelo autoritarismo, aferra-se, agora, às mesmas idéias hegemônicas a partir dos países desenvolvidos: desestatização da economia e reafirmação do indivíduo consumidor e do mercado como princípios organizadores de uma ordem econômica que deverá nascer das cinzas do autoritarismo. Enquanto o pensamento progressista, em seus vários matizes, que vão do keynesianismo de esquerda ao socialismo, não conseguiu repensar ainda sua defesa, outrora intransigente, da intervenção estatal.

põe-se, assim, de forma peculiar na América Latina, a relação entre desestatização e democracia, recolocando-se com ela o velho debate em torno à dispensabilidade da intervenção estatal na promoção do desenvolvimento de capitalismo tardios - desde sua origem oligopolizados e internacionalizados - e, em torno à viabilidade de regimes democráticos estáveis no comando de sociedades altamente heterogêneas, fragmentadas e excludentes.

Nesse sentido, uma vez mais desafiada por essa velha incógnita, a reflexão política, que até bem pouco gastava o melhor dos seus esforços tentando compreender as raízes e a natureza dos autoritarismos-burocráticos, desloca o eixo de suas preocupações, querendo entender agora as raízes, a natureza e a viabilidade da transição democrática e das propostas desestatizantes.

Já vai longe o tempo em que o "wishful thinking" de algumas teorias do desenvolvimento fez crer na necessária correspondência entre crescimento econômico e pluralismo político. Também já ficaram para trás, há muito, as ilusórias previsões daqueles outros que, ortodoxos, esperavam testemunhar, nos países periféricos, revoluções democráticas que acompanhassem e culminassem o processo de expansão do poder burguês, pelo fôlego de industrializações nacionais e autônomas.

Com o passar dos anos, fez-se consenso a certeza de que os caminhos econômicos e políticos, trilhados pelo mundo subdesenvolvido, não coincidiriam com o percurso original se-

guido pelos países que alavancaram, pioneiros, o desenvolvimento capitalista industrial.

Mas ainda estava longe de qualquer conclusão a pesquisa dos que buscaram nas "determinações estruturais da dependência" as raízes explicativas da necessidade histórica das ditaduras, fascismos ou autoritarismos-burocráticos, como foram políticas a serem assumidas pela dominação burguesa na transformação industrial dos países situados na periferia do sistema capitalista mundial. Assim, com o simplismo dos que divisavam no socialismo a única alternativa ao fascismo latinoamericano, assim, com a visão determinista dos que viram no burocratismo-autoritário o regime político necessário em uma fase de aprofundamento da industrialização pós-substituição de importações. Assim, finalmente, com os que, obcecados com a virada política dos anos 60/70 na América Latina e, em particular, com o crescimento industrial ocorrido no Brasil e no México, construíram o conceito de "revoluções burguesas retardatárias", nas quais dar-se-ia uma "forte associação racional entre o desenvolvimento capitalista e autocracia" (F. Fernandez, 1976, p.292); ou ainda, o de "revolucion burguesa de los países dependientes" como sendo o "proceso y el desplazamiento en el bloque de poder de los antiguos grupos nacionalistas burgueses populistas, que fueron sustituidos por la burguesia internacionalizada y por el tecnocratismo civil y militar" (F. H. Cardoso, 1981, p.234).

Abdicara-se das ilusões desenvolvimentistas e rejeitara-se a concepção eurocêntrica que postulava uma associação, necessária, entre as transformações sociais promovidas pelo de-

envolvimento capitalista e as transformações políticas conducentes a regimes políticos democrático-liberais. Mas não se conseguira ainda demonstrar, de forma teoricamente clara, e historicamente evidenciada, o caráter geral e específico dos regimes autoritários, como forma obrigada do estado burguês no capitalismo periférico, ou em alguma fase precisa de seu desenvolvimento.

Paralelamente compreendera-se já que, a partir dos anos 50, o próprio ritmo' do desenvolvimento, nos vários países do continente, acabara produzindo desdobramentos industriais altamente diferenciados. De tal forma, que fazia-se cada vez mais difícil qualquer generalização sobre desenvolvimento econômico e autoritarismo, usando como evidência a comparação entre países de uma periferia latinoamericana que já se desintegrara como unidade possível de análise.

Sobre esse pano de fundo, marcado pelas incertezas e pelas perplexidades teóricas e políticas, refratou, diferencionalmente, a crise mundial vivida pelo capitalismo a partir dos anos 70 e, com particular ênfase, a partir de 1980. Somava-se, a partir de então, às dificuldades de uma reflexão inconclusa, a necessidade de compreender a crise emergente, mas, sobretudo, as forças e tendências que, desde dentro desta América Latina fragmentada e desigual, impulsionavam, simultaneamente, com uma vitalidade inusitada, a vontade democrática de quase todos e o projeto desestatizante de muitos.

Como consequência, muito antes que o pensamento crí-

tico latinoamericano lograsse explicar as "industrializações autoritárias" e os autoritarismos desindustrializantes, viu-se chamado a pensar sobre as razões dos projetos desestatizantes e sobre a viabilidade dos anseios democráticos nessas sociedades historicamente marcadas por variadas formas de estatismo autoritário.

1.3 Nesse contexto increve-se o teor deste ensaio: algumas hipóteses sobre a natureza da crise atual desenhadas a partir de uma análise sobre a especificidade do estatismo industrializante, ali onde foi melhor sucedido, no Brasil. Uma análise que se propõe repor, criticamente, os termos eminentemente ideológicos com que se tem travado o debate sobre a desestatização, proposta, por alguns, como solução mágica para as dificuldades vividas pela sociedade brasileira, mas que, para isso, considera necessário superar os velhos enfoques teórico-metodológicos que nortearam até hoje a investigação sobre os Estados "periféricos" latinoamericanos. Assim, com os estudos comparativos sobre formas e dimensões do "setor público", prisioneiros, muitas vezes, de uma visão excessivamente formal, onde naufragam todas as especificidades, envoltas por um mesmo "intervencionismo" estatal que aparece como característica genérica do capitalismo moderno. Assim, com as macro-interpretações históricas sobre as transformações políticas vividas pela América Latina, prisioneiras essas, em geral, de economicismos pouco convincentes, ou de politicismos com bases estruturais pouco sólidas.

No Brasil, como é por demais sabido; o Estado ocupou, a partir dos anos 20/30, uma posição central no comando da industrialização e na gestão da reprodução social das relações de produção e dominação. Nossa hipótese é de que, nessa trajetória, conformaram-se estruturas e instituições que, a despeito de sua aparência anárquica, possuem uma racionalidade que consagra correlações de força e decisões cuja reprodução vem apresentando, através das décadas, formas extremamente regulares e fortemente recorrentes. Decisões políticas, portanto, que tiveram grande poder de imposição e implementação e que encaminharam a materialização progressiva de inequívocas tendências de longo prazo, não descartáveis nem facilmente corrigíveis. Donde, uma adequada discussão sobre a crise atual e sobre a eficácia possível das propostas democráticas e desestatizantes deve passar, inevitavelmente, por uma cuidadosa releitura analítica daquela trajetória histórica através da qual sedimentou-se estruturalmente o estatismo e o autoritarismo na sociedade brasileira. Não como formas transitórias assumidas pelo "intervencionismo", mas como cristalização de um processo de acumulação fortemente politizado, empurrado por lutas sociais e políticas que repuseram e confirmaram, a cada momento, o Estado e seu formato autoritário como presenças decisivas no desenvolvimento industrial e na modernização da sociedade brasileira. Uma acumulação que se fez, assim, objeto e solução de lutas permanentes entre os vários e heterogêneos interesses de capitais, regiões e classes suficientemente fortes para impedir a afirmação política e econômica da supremacia inquestionável.

Por isso, a presença do Estado, no caso brasileiro, cumpriu funções e produziu efeitos distintos daqueles ocorridos nos capitalismo centrais, a despeito de similitudes cronológicas e formais. No Brasil, segundo nossa hipótese, o pacto horizontal entre múltiplas forças econômicas e socialmente heterogêneas, mas politicamente equipotentes, empurrou para frente o Estado como agente propulsor de um crescimento e de uma industrialização que, paradoxalmente, protegeu e permitiu a sobrevivência de frações e órbitas financeiras e mercantis especulativas, assim como frações industriais e agrárias de baixa produtividade. Donde, ao reproduzir-se a heterogeneidade, pela via de um permanente conflito e repactuação político, o Estado terá dado sempre um tratamento "igual aos desiguais", que, se impulsionou a acumulação, também estabeleceu limites à monopolização, impedindo o movimento econômico de equalização obrigada das produtividades e dos lucros. Compreendendo-se, a partir daí, a importância da batalha pelo controle do arbítrio estatal sobre o dinheiro e as normas, tanto quanto a permanente insatisfação "anti-estatal" dos setores e interesses transitória e insatisfeitos, fator explicativo da periódica instabilização dos vários pactos e institucionalidades definidas através do tempo.

Como elemento essencial dessa forma de acumulação, encontramos um movimento de valorização que avança "desigualizador" e só parcialmente concentrador, o que reproduz e agrava, em alguns momentos, a heterogeneidade estrutural assegurada pela ação de um Estado que, como consequência, vê-se a todo momento perpassado por conflitos entre grupos de interesse que

alicerçam suas forças no controle de parte de seu aparelho institucional. Aqui radicando a contradição que faz do crescimento econômico estatalmente conduzido uma compulsão inevitável, mas que, também, estabelece os limites reais do poder e da tão comentada autonomia do Estado Brasileiro.

Nessa perspectiva, vimos pensando nossa história recente. E são os resultados, absolutamente preliminares, dessa reflexão que apresentamos neste ensaio. Nele tentamos esboçar algumas linhas centrais da dinâmica cíclica do tempo político-econômico brasileiro contemporâneo, vendo como se entrelaçam, num mesmo e peculiar processo de valorização, o crescimento econômico, as lutas político-ideológicas e a expansão ativa do aparelho do Estado. Sem poder equacionar os problemas dos sucessivos regimes políticos instalados no país, tentamos, de qualquer maneira, identificar as conjunturas críticas nas quais, desde a primeira guerra mundial, foram se redesenhando, periodicamente - através de decisões vitoriosas ou de compromissos instáveis -, os traços de uma estrutura político-econômica que se move, em nosso entender, num longo ciclo entrecortado por vários períodos ou entreciclos visíveis na reestruturação permanente do próprio Estado.

No travejamento estrutural desse ciclo escondem-se, segundo nossa hipótese, as principais raízes e tendências da crise atual e, com elas, o dado de realidade obscurecido pelo nevoeiro ideológico que encobre o debate sobre a desestatização. E, talvez, mais importante do que isso, aninhe-se também, nos mecanismos entrópicos deste ciclo, a força maior do projeto democratizante que hoje alimenta, parcialmente, a capacidade de sonhar do povo brasileiro.

2. CICLO E CRISE

2.1 Alguns intérpretes acreditam que a sociedade e o Estado latino-americanos viveram dinâmicas e momentos de inflexão relativamente homogêneos, do ponto de vista da estruturação de suas economias e da ordenação de suas dominações políticas, desde os processos de independência até a crise dos anos 30. F.H. Cardoso e E. Faletto, contudo, em seu bem conhecido trabalho sobre a "dependência e o desenvolvimento na América Latina", mostraram como a ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados Nacionais significaram uma reordenação político-econômica das sociedades latino-americanas, as quais seguiram trajetórias diferenciadas em função das relações estabelecidas, anteriormente, entre as economias coloniais e as metrópoles. Dando sua tipologia clássica, diferenciando as sociedades e os Estados onde as oligarquias locais mantinham o controle dos sistemas nacionais de produção, e aquelas outras definidas por suas economias de enclave.

Assim mesmo, respeitada essa diferença de situações, na hora da ruptura do pacto colonial, o Estado brasileiro teria seguido uma trajetória comum, com aqueles que, na manutenção do sistema local de controle do sistema produtivo exportador, herdado da colônia, lograram organizar alianças políticas internas que, confederando os vários grupos sociais e regionais da antiga colônia; conseguiu definir as fronteiras e estabilizar uma forma, relativamente eficaz, de dominação, que assegurava suas relações com o exterior.

Nessa perspectiva, ganharia algum grau de generalidade a trajetória seguida na formação do Estado Nacional brasileiro, a qual, em nosso entender, percorre uma trilha que, entre 1820 e 1870, aproximadamente, permitiu, através de um difícil movimento de centralização do poder, a consolidação do Império, sustentado na autonomia local dos senhores do café e do açúcar. Nesse movimento, o período da "anarquia" foi marcado pelas inumeráveis rebeliões locais contra o poder imperial. Todas elas derrotadas pelas forças do poder central, mas, sobretudo, pela sua impotência frente ao problema da escravidão, pedra angular no entendimento da surpreendente unidade lograda, já, em meados do século XIX. Assim, se o Império conseguiu consolidar-se progressivamente, a partir de 1830, o fez apoiado em sua defesa incondicional da escravidão, mais do que na força de sua Guarda Nacional, recém-criada. Podendo, a partir de 1850, estabilizar e regulamentar as suas regras de funcionamento, na forma de um regime político parlamentar extremamente excludente, porém sólido e duradouro.

Solidez erodida, de forma lenta, a partir da década de setenta, quando a inserção periférica da agricultura de exportação brasileira no sistema de divisão internacional de trabalho, hegemônico pela Inglaterra, viabilizou a ascensão incontestante do café e dos cafeicultores ao primeiro plano da pauta de exportações e da política brasileira. Paralelamente, o fim da Guerra do Paraguai trazia os militares a esse mesmo primeiro plano, onde aliaram, progressivamente, suas espadas à força ascendente do café, e às pressões, agora irrecusáveis, da potência industrial, comercial e financeira, hegemônica na luta pela Abolição da escravidão. A própria utilização da mão-

de-obra assalariada, desde 1870, pelos cafeicultores paulistas, já anunciava o solapamento das relações de produção dominantes e o nascimento de relações sociais propriamente capitalistas.

Como é sabido, nascem nesse mesmo momento os Partidos Republicanos que, rompendo o sistema bi-partidário tradicional, responsável pelo funcionamento regular do heterodoxo parlamentarismo imperial, contribuem decisivamente à convergência de forças e propostas que, em 1888, aboliram a escravidão, eliminando, de uma só vez, o fator básico de integração nacional e de sustentação da ordem política alinhavada pelo Império. Atingia aí seu momento decisivo, a ascensão das novas forças sociais e políticas, responsáveis pelo longo período de descentralização do poder estatal que se estenderá até a primeira guerra mundial, acompanhando, em seu sucesso, a ascensão e queda da hegemonia inglesa. Momento que se fez decisivo, entre 1889 e 1898, quando as novas forças sociais - aí incluída uma crescente população urbana que já não se submetia à dicotomia entre senhores e escravos - enfrentaram-se na luta pela definição dos parâmetros de sustentação da dominação política. Assim, com o conflito entre os militares, liderados por Deodoro e F. Peixoto, defendendo, jacobinamente, o fortalecimento do Estado central como instrumento de reformas necessárias, e a oligarquia paulista, em particular, que propunha o respeito ao espírito "liberal-federativo" inscrito na Constituição de 1891. Conflito condensado na disputa político-ideológica em torno às regras de organização e gestão das várias instâncias locais do poder estatal e às linhas a serem seguidas pelas suas políticas econômicas.

As dificuldades dos militares no combate às revoltas ocorridas no Sul do país e mais tarde, na luta contra Canudos, enfraqueceu a sua proposta centralizante, erodindo a legitimidade da própria instituição. Abriram-se aí, as portas para a afirmação incontestada da supremacia oligárquica e dentro dela, para a hegemonia dos interesses agro-mercantis ligados ao café. Somente depois dos dez anos de instabilidade que sucederam à proclamação da República, e após o fracasso de F. Glicério na formação de um Partido Republicano que representasse, de forma nacional, os interesses de oligarquias que eram eminentemente localistas, dispersas e clientelistas, foi que viabilizou-se, por fim, um pacto de sustentação civil ao novo Estado emergente. Com a "política dos governadores" de Campos Salles, dispensava-se, na prática, a tutela militar, e descobria-se a fórmula pela qual, mantida a autonomia federativa das várias oligarquias, lograva-se, assim mesmo, uma estabilização de sua dominação avalizada por um Estado central frágil, porém estável, quando obedecidas as regras daquele pacto que reconhecia a supremacia de S. Paulo e Minas, mas preservava o poder relativo das demais oligarquias, recortadas através dos vários Estados e dirigidas por seus próprios governadores, com ampla autonomia política e financeira frente ao governo central. Nos termos do acordo propiciado por Campos Salles, portanto, os poderes locais e central se sustentavam mutuamente, segundo regras de não intervenção em suas respectivas áreas de influência e atuação. Reconhecia-se as diferenças econômicas e de poder havidas entre cada região mas, pela primeira vez na história bra

sileira, assumia-se conscientemente a decisão coletiva de mantê-las e reproduzi-las, como única forma de assegurar a unidade territorial do espaço nacional. Mesmo que essa unidade não pudesse gerar integração e, mais do que isso, reforçasse a heterogeneidade, era necessária para o desempenho econômico e político dos próprios setores hegemônicos. O fundamental, contudo, daquele pacto foi haver logrado impor o predomínio dos grupos agro-exportadores capitalistas do Centro-Sul, sem excluir os demais setores de exportação nem, tampouco, o latifúndio de baixa produtividade. Definia-se, aqui, uma regra básica de convivência e compromisso que atravessaria toda a história republicana brasileira, condicionando decisivamente a trajetória político-econômica de seu desenvolvimento capitalista.

Vários fatores, econômicos e sociológicos, convergiram no solapamento da eficácia do pacto oligárquico. A maioria dos autores os distingue atuando durante os anos vinte e tendo sucesso a partir da crise mundial de 1929, na forma de um dissídio intra-oligárquico que, entre 1930 e 1937, consagrou o início de uma nova etapa econômica e política da história brasileira, marcada por um continuado movimento de centralização do poder, o qual, apropriado pela instância central do Estado, teve como contrapartida necessária o esvaziamento dos estados federados e do poder de seus governadores.

Naquele período a Aliança Liberal, que congregava frações oligárquicas secundárias e populações urbanas desejosas de maior participação política, foi vitoriosa mas viu suas propostas transformadas, rapidamente, em seu exato oposto, ao abrir

portas para o avanço das velhas teses centralizantes, quando não autoritárias, propugnadas desde há muito, ainda que, de maneira confusa pelo jacobinismo militar, repostas na forma e no conteúdo dos movimentos tenentistas.

Nossas divergências e nossa análise começam exatamente aqui, onde avolumam-se as interpretações conflituosas sobre as raízes e a verdadeira natureza desse momento e do processo, através do qual abriu caminhos para uma industrialização fortemente induzida pela decisão e iniciativas estatais. Se aquele processo, tanto quanto a industrialização e, sobretudo, o papel do Estado, atraíram, desde sempre, a atenção dos historiadores e dos politólogos, parece-nos que, até hoje, não se conseguiu dar conta da verdadeira dinâmica global que, articulando essas várias dimensões, as explique conjuntamente a partir de suas mútuas implicações, esclarecendo, assim, suas raízes, suas tendências, suas contradições e suas crises.

Nossa análise tenta sugerir, esquematicamente, uma interpretação conjunta daqueles fenômenos, tentando reconstruir, a partir daí, a periodização tradicionalmente feita de nossa história republicana. Através dela queremos localizar, apesar das dificuldades, a linha central do movimento que irrompendo nos anos 20/30, alcançou nossos dias. Localizar a contradição fundamental que explica a sua necessidade, a sua dinâmica e os seus limites, a partir de sua própria expansão. Observar, em particular, as transformações do Estado e a sua intervenção econômica, à luz daquele "enfoque teórico possível", no qual sugerimos a necessidade de pensar a economia e a política como formas de do-

minação, imbutidas, ambas, no conceito e na realidade histórica do Capital. Ou ainda, em outras palavras, pensar os movimentos das estruturas econômicas e políticas no contexto de um só processo de reprodução e acumulação do capital, viabilizado pelas lutas e compromissos políticos consagrados nas várias e sucessivas formas ou regimes assumidos pelo Estado brasileiro. Tentando esclarecer, a partir daí, sobretudo a origem, vigência e limites daquele que ficou conhecido como o Estado desenvolvimentista, peça central do que chamamos de padrão "politicizado de acumulação".

Com essa perspectiva em mente, limitamos nossas observações ao período posterior à primeira guerra mundial, simplificando e abstraindo, preliminarmente, os sinuosos caminhos da história factual. Concentramos, assim, nossa atenção naqueles ângulos e momentos em que se explicitam ou são geradas as decisões e as inflexões estruturais responsáveis pelo movimento que, do nosso ponto de vista, homogeniza estruturalmente o tempo histórico brasileiro, recortando-o na forma de um longo ciclo, impulsionado por uma tendência que se desdobra, consistente, ainda que contraditória, entre a primeira guerra mundial e a crise dos anos 70/80.

Segundo o ponto de vista de nossa análise, esse período de sessenta anos esteve marcado por uma notória concentração e centralização do poder ao nível central do Estado, seguindo uma direção exatamente contrária a do período anterior. Essa concentração-centralização, por sua vez, esteve estreitamente ligada à ampliação do papel econômico cumprido pelo Esta-

do, na regulação e condução da acumulação. Intervenção essa responsável pelo aumento continuado da burocracia estatal e, em particular, de seu aparelho econômico, dando lugar ao aparecimento de uma tecnoburocracia ligada à gestão da máquina e, muito particularmente, de sua face produtiva. Por fim, a ação conjunta de todos esses fatores aparece associada numa forte propensão autoritária na organização do sistema político, e na ilusão construída em torno a uma suposta "autonomia" desse Estado, com relação às várias frações da classe dominante, na condução do interesse comum.

Tudo isso parece óbvio e é consensual nas análises e interpretações dominantes sobre o período. A questão, entretanto, para nós, não está na reafirmação do que já é consenso, e sim na necessidade de explicar, como já dissemos, como esses vários fenômenos se imbricaram de forma necessária e segundo uma tendência entrópica, a partir das lutas que moveram a acumulação capitalista durante aquele ciclo.

Com esse objetivo, investigamos e localizamos cinco momentos político-econômicos que reputamos fundamentais na resposta daquela questão. Cinco conjunturas de crise onde, em nosso entender, se explicitam de forma mais nítida, as definições e redefinições das decisões que, vitoriosas nos vários conflitos, se impuseram como ação, e contribuíram a definir os parâmetros estruturais e as tendências de seu movimento. Nelas se condensam, nesse sentido, os constrangimentos, conflitos e decisões responsáveis pelo que, desde dentro delas, se gesta como a necessidade futura. Por outro lado, já ali, são perceptí-

veis as contradições que, no movimento dessa necessidade futura, apontarão para novas crises e, no longo prazo, para a entropia que parece anunciar-se limite possível do seu desdobramento, o limite de uma forma peculiar de valorização do capital, que teve no Estado desenvolvimentista, seu principal mômento organizador e propulsor.

Em nosso entender, a ruptura do pacto oligárquico e sua reconfecção em novos termos, ocorre, de fato, em torno aos anos do primeiro conflito mundial e, a partir daí, nos anos trinta, cinquenta e sessenta, sucessivas crises político-institucionais e financeiras, anunciarão as reformulações de um compromisso cujo espírito, em última instância, manteve-se o mesmo que lastreou a "política dos governadores". A crise dos anos setenta/oitenta, nessa perspectiva, vem representar um quinto e último momento, onde estão sendo questionadas as regras e o próprio espírito dos pactos anteriores.

Durante esses sessenta anos, é excusado repetir, a cada nova oportunidade, o avanço permanente de um processo constante de urbanização acompanhado do crescimento de novos setores médios, da classe operária e de uma massa de desempregados e semi-empregados reunidos no fenômeno que muitos já estudaram, da marginalidade urbana. Se o processo foi constante, é óbvio que seu impacto sobre a dinâmica da luta política variou através do tempo. No essencial, entretanto, ele foi responsável por um conjunto de reivindicações, postas e repostas a cada momento, em torno à expansão do espaço de participação política e à necessidade de uma melhor distribuição da riqueza nacional. Es

se adensamento das necessidades e complexificações da textura social, colocou todo o tempo, para as classes dominantes e seus grupos dirigentes, o problema da construção de uma ordem política aberta que atendesse, sobretudo, as demandas dos setores médios e populares das grandes cidades. As demandas crescentes das massas, por sua vez, enfrentaram-se sistematicamente com um padrão de desenvolvimento que apresentou, sempre, traços regressivos e concentradores na distribuição da renda, traduzidos em altos índices de desemprego, baixos níveis salariais e vastos bolsões de miséria absoluta, reunidos em certas regiões do interior do país e na periferia das grandes metrópoles.

O padrão de desenvolvimento excludente manteve, através de todo o período, uma estrutura extremamente heterogênea e fragmentada do ponto de vista social e regional. Fragmentação que, ao ser permanentemente reproduzida e ampliada pelo padrão dominante de acumulação, foi responsável, sociologicamente, pela pouca nitidez alcançada pelo recorte dos interesses dos dominados, e pela largamente comentada, inorganicidade política de seus vários grupos e frações. Essa inorganicidade, contudo, nunca logrou diminuir o pânico das classes dominantes frente ao que sempre foi visto como uma ameaça potencial à ordem capitalista vigente.

Nesse sentido, os compromissos firmados entre os vários setores da classe dominante não puderam furtar-se, jamais, às dificuldades crescentes de estabilizar um sistema político aberto, com tamanhas populações penalizadas e disponíveis ao apelo de lideranças progressistas ou, simplesmente, populistas.

Populações que guardaram, com isso, o poder potencial, de influir, desequilibrando ou alterando, em qualquer correlação de forças pactuadas e que buscasse legitimar-se pela via de um voto que se universaliza de forma deficiente a partir de 1933, quando é estendido como direito a menos da metade da população adulta.

Pressionados de forma permanente por essa ameaça vinda de baixo e pela sua própria heterogeneidade interna, as várias frações nacionais ou regionais da classe dominante responderam, apelando recorrentemente à repressão, e fazendo do desenvolvimento uma necessidade imperiosa de sua própria sobrevivência.

As duas faces deste problema colocam-se de forma mais aguda e encontram em um mesmo momento - a crise posta pela primeira guerra mundial - os caminhos de sua peculiar solução: uma permanente "fuga para frente" na forma de uma "compulsão" ao desenvolvimento e à industrialização. Não sendo de estranhar-se, por isso, que nas demais crises que destacamos se tenha re-posto, sempre, o mesmo problema, a necessidade imperiosa de crescer, aumentando a capacidade produtiva, e as mesmas divergências em torno às formas possíveis de seu financiamento - nacional privado, estatal ou estrangeiro - e em torno aos caminhos aceitáveis para obter um adequado atendimento das necessidades básicas das populações mobilizadas pelo desenvolvimento. Temas e problemas recolocados, em todo momento, por um debate político-ideológico que, perpassando o período, e exarcebando-se nos seus momentos de crise, girou sempre em torno ao papel

do Estado, e dos capitais nacional e estrangeiro e, em torno às reformas estruturais que tiveram na questão da terra o seu ponto nevrálgico.

2.2 A primeira guerra mundial, sinalizando o fim da hegemonia inglesa, foi responsável por um forte abalo de nossa economia de exportação e na capacidade de importar, afetando, como consequência, os nossos mecanismos internos de financiamento e o padrão de vida das populações dependentes das atividades agro-mercantis e urbanas ligadas ao comércio internacional.

As pressões sociais, manifestas nas greves operárias e nos quebra-quebras que sacudiram Rio de Janeiro e São Paulo em 1917 e 1918; a surpreendente votação urbana obtida por Rui Barbosa nesse mesmo momento; a intensificação dos conflitos intra-oligárquicos explicitada, de forma mais manifesta, na conflitiva eleição e no repressivo governo de Arthur Bernardes, assim como a sublevação tenentista que irrompe a partir de 1922 dividindo os militares, são todos fenômenos que, associados, sinalizam uma crise decisiva na erosão e ruptura da confederação oligárquica pactuada por Campos Salles. Mas, ao mesmo tempo, são episódios que envolvem e dinamizam um prolongado processo de redefinição dos novos rumos a serem trilhados, a partir de então, pela economia, pela sociedade e pela política brasileira.

No epicentro dessa redefinição, gestando o impulso originário do longo ciclo que estamos querendo analisar, situa-

se um acontecimento que passou desapercibido à maioria das interpretações: o desatrelamento da moeda brasileira de qualquer padrão hegemônico internacional. Com o fim do padrão ouro que acompanhou, em sua falência, os estertores da hegemonia inglesa, nossa moeda adquire uma autonomia preservada, de fato, até os anos 70, a qual delegará ao Estado a função inédita de arbitrar, discricionariamente, sobre o valor do dinheiro no mercado interno.

No momento em que as dificuldades econômicas associadas à guerra diminuíam a lucratividade do setor externo e contribuíam ao adensamento das pressões sociais vindas de "baixo", a crise da hegemonia inglesa e de seu padrão ouro, inseria um elemento decisivo no desequilíbrio do pacto oligárquico. E isso porque, transferido para o Estado o poder de arbítrio sobre o valor do dinheiro, para ele também se transferia o poder de estabelecer as margens de rentabilidade esperada e de distribuir a massa de lucros, entre os vários setores e capitais, segundo uma lógica que se afasta do "mercado internacional" e se enraíza, cada vez mais, no plano puro e simples do poder. O poder político de cada fração exportadora, de cada oligarquia e de cada região.

Além disso, o poder de criar e de transferir fundos necessários para os gastos e investimentos autônomos do Governo Central, na criação da infra-estrutura ou do capital social básico, vale dizer, na gestação das "condições gerais externas" requeridos pelo processo de acumulação capitalista. Gestaram-se assim, simultaneamente, com o aparecimento do problema, as con-

dições de solução que veio a ser encaminhada.

Faz-se compreensível, frente a essa nova realidade, a inviabilidade da "confederação oligárquica" tal como vinha concebida na Constituição de 1891 e alinhavada na "política dos governadores". Mantido o velho poder dos estados federados, numa nova situação de arbítrio político sobre o valor do dinheiro, haveríamos tido, inevitavelmente, a desagregação da unidade nacional, com a multiplicação de espaços econômicos totalmente automatizados por suas diferentes moedas e normas. A centralização do poder ao nível federal, impunha-se, nesse sentido, como exigência da própria unidade territorial do espaço de dominação e acumulação. Mas ao mesmo tempo, enterravam-se as regras anteriores e destravava-se uma luta aberta, em torno a esse novo poder estatal, envolvendo oligarquias, grupos e capitais com poderes diferenciados e hierarquizados.

Nessa perspectiva, talvez, devam ser pensados os conflitos que marcam a retomada das lutas intra-oligárquicas, obrigando uma eleição competitiva em 1922, uma gestão autoritária da parte de Arthur Bernardes e uma reforma centralizadora da Constituição Federal, em 1926, fenômenos esses que antecipavam, de forma muito nítida, o dissenso cristalizado nos episódios de 1930. De alguma forma perpassa esse período a primeira decisão federal, no uso de seu novo poder, intervindo no sentido de uma valorização política do café e da exigência de seu aval para a obtenção de empréstimos externos por parte dos estados federados.

O Estado acumula, assim, poderes potenciais constran-gidos por uma situação externa e delegados pelas oligarquias que alteram seu padrão tradicional de comportamento, buscando assegurar, agora, a reprodução político-econômica de seus inte-resses, através de uma "desigualação política" das taxas de lu-cros que permitisse a preservação de suas condições distintas expressas em sua desigual produtividade e poder de mercado. Co-mo resultado, assegurava-se desde o início, um enorme espaço pa-ra o logro de ganhos improdutivos e o estabelecimento de pri-oridades caóticas, do ponto de vista do desenvolvimento da capa-cidade produtiva nacional. Manteve-se e reforçou-se, assim, uma heterogeneidade estrutural que tenderia a ser varrida por uma eventual igualação no mercado, das taxas médias de lucros. Fi-cando nítido, desde o início, o peso das relações políticas de classe, na dinâmica de uma valorização redirigida pelo desatre-lamento do padrão ouro.

Em seqüência à Guerra, por outro lado, dá-se uma pri-meira onda de expansão dos capitais produtivos, norteamericanos e, secundariamente, europeus, que se manifesta no espaço e-conômico nacional, na chegada e instalação de uma primeira on-da de filiais estrangeiras que contribuirão decisivamente para o lento processo de diversificação de nossa estrutura indústri-al. Essa instalação se dá, como bem o viram Carlos Lessa e Su-lamis Dain (in L. Belluzzo e R. Coutinho, 1983, vol.1, pp.214-228), de forma subordinada às outras órbitas nacionais do capit-al, sobretudo mercantis. Definindo-se aí um pacto implícito,

regulado pelo Estado, que estabeleceu as regras de expansão so lidária das várias órbitas de capitais de diversas procedências. Reservaram-se aos capitais nacionais, as órbitas não industriais de valorização, garantindo-lhes, porém, que sua rentabilidade não seria inferior à da órbita industrial. Por esse lado, também as várias frações da burguesia nacional defendiam-se, ativando o Governo Central como regulador e assegurador de suas segmentadas lucratividades.

Dessa forma, inaugura-se um novo padrão de acumulação, premido pela crise e a guerra mundial, pelas dificuldades correlatas de nosso setor exportador, e pela chegada dos primeiros capitais industriais estrangeiros, impondo ao Estado a função de assegurar, - no uso de seus novos poderes - certas regras básicas de valorização impostas pelo poder político das várias frações nacionais e regionais da classe dominante. Com isso, o Estado, ao assegurar a sobrevivência de setores de menor produtividade e rentabilidade real, não apenas propiciava a reprodução de uma ordem econômica e política heterogênea, mantendo a unidade nacional, como também abria as portas à permissividade especulativa como forma de "valorização" nas órbitas não industriais.

Germinam, assim, desde então, as condições que fortalecendo e debilitando o Estado, a um só tempo, submeteram-no a um conjunto de pressões permanentes que empurraram a tentativa de solução pela via de centralizações, quase sempre autoritárias, mas que, ao mesmo tempo, limitaram sua eficácia, impondo-lhe como condição de seu próprio poder, o asseguramento de uma

acumulação capitalista assentada em mercado segmentados, com nítidas disparidades tecnológicas e de produtividade. Essa segmentação, por sua vez, não assegurando o assalariamento geral da PEA, impedia a formação de uma classe fundamental, o operariado, como classe geral ou nacional. O mesmo podendo dizer-se, em relação às dificuldades de constituição de uma classe dominante, a burguesia, cujas várias frações só conseguiam realizar os seus interesse através do casuísmo do Estado.

Assim, apesar do espraiamento das relações capitalistas, elas não tenderam nunca a um padrão geral de valorização, não vigorando, portanto, condições médias de trabalho, trabalho necessário, preços de produção, etc. Deste modo, os setores atrasados das classes dominantes não foram eliminados pelo mercado, nem as populações expulsas da terra ingressaram no mercado geral de trabalho, sendo obrigadas a reproduzir-se, "politicamente", através de um Estado que nelas encontrou, como contrapartida, apoios políticos decisivos. Essa nova realidade teria, contudo, consequências decisivas, pois ao politizar a competição econômica, transportaria para dentro do Estado uma luta sem quartel e de difícil controle. Ali se disputaria, a cada dia, direito de sobreviver à possibilidade de sobrevalorizar, embutindo no interior do próprio aparelho de Estado uma tendência à expansão desordenada e um fator instabilizador e gerador de crises periódicas.

A instabilidade do dinheiro tem como sua contraface inevitável a instabilidade jurídica das normas e, nesse sentido, o problema do "contrato sobre valor", transforma-se, facil

mente, no problema do "valor dos contratos". Nesse sentido, a instabilidade produzida pela luta permanente em torno do dinheiro, envolvendo setores de desigual força, só poderia responder a insolvência continuada de qualquer corpo normativo, substituído, no varejo, pelo "casuísmo" legal e arbitrário do Estado, única forma de conciliar aquilo que nascia movediço e, periodicamente, inconciliável. A despeito disso, e como contrapartida simbólica obrigatória, compreende-se talvez, a partir daí, a aprovação, em 1916 (Lei nº 3071) de nosso primeiro Código Civil. Chegara a hora de estabilização das regras contratuais.

Em síntese, desde a implosão do padrão monetário, pela angular da sustentação do velho pacto oligárquico, as várias frações da classe dominante, ligadas sobretudo aos setores agrário e mercantil, fortalecem, com suas decisões, o poder do Governo Central, mas, a um só tempo, lhe impõem as regras de utilização de seu poder. Logravam, assim, um compromisso que preservando as desigualdades, garantia politicamente a sobrevivência dos setores atrasados da economia nacional e impedia a inevitável centralização de capital que decorreria, implacável, do livre jogo de um mercado com capitais em desigual condições de competitividade. Como contraparte, transformavam o Estado em peça fundamental de um desenvolvimento desigual, ou de uma acumulação "heterodoxa", e por isso, em locus fundamental dos conflitos e negociações entre os vários grupos e frações de classes, em torno às duas condições fundamentais de uma economia mercantil capitalista: o direito e o dinheiro.

É escusado dizer que essas transformações não se deram em um só momento. Foram partes de um processo que se prolonga desde 1915/1916, através das décadas seguintes, até os nossos dias. O que é importante destacar, contudo, é que as forças propulsoras, desencadeadas naquele momento, já continham em germe a direção tendencial assumida pelas contradições embutidas no momento da ruptura da "pax oligárquica".

Chama a atenção, desde um outro ângulo, o movimento sincrônico, seguido pelas idéias políticas conservadoras, durante esses mesmos anos. Cresce, assim, a partir dos anos 1910/20, ao sabor das sublevações militares, dos conflitos intra-oligárquicos, dos distúrbios sociais e do voto urbano, o consenso programático em torno à proposta de fortalecimento do Governo Central. Com diferentes matizes, gesta-se ali, em berço conservador, o que viria a ser o pensamento-projeto hegemônico das classes dominantes, a respeito do papel a ser cumprido pelo Estado na integração e desenvolvimento nacionais. Enraizado nas convicções positivistas que, desde antes, apaixonavam nossas elites, o novo projeto defendia a imperiosa necessidade de que o Estado assumisse a função de integrar uma sociedade brasileira atrasada porque fragmentada. Corporativo ou não, as várias versões deste pensamento convergiam em torno à defesa de um inevitável autoritarismo, deixando para o pensamento liberal as causas "impopulares" de defesa das oligarquias regionais e de seu poder local. Por onde, a ideologia-política conservadora convergia, percebendo adequadamente alguns aspectos da realidade brasileira e propondo o que aparecia, já então, como inevitável.

As reivindicações liberais, lastreadas pelos setores médios urbanos, e veiculadas pelo ideário de Rui Barbosa, de alguns tenentes e da Aliança Liberal, exigindo uma ampliação da arena política e da participação popular, foram atropeladas pela força de grupos tradicionais e de seus conflitos que apontavam, na prática, para uma solução só viabilizável através de uma centralização estatizante do poder que se incompatibilizava com uma real abertura do sistema político. A importância adquirida pelo controle do poder "econômico" do Estado e a situação de desequilíbrio e fragmentação entre as várias forças, criava uma hipersensibilidade do sistema aos desafios e às reivindicações, mas sobretudo ao poder de barganha do voto urbano. Desde o início deste ciclo longo que se espalhará até os anos 1970/80, ficaram postergadas as reivindicações liberais, e a centralização política, respondendo à não centralização econômica, aparece associada a uma gestão, quase sempre autoritária, dos novos recursos de poder. O que a história posterior demonstrará é que essa compulsão ao autoritarismo não poderia resolver, sempre e adequadamente, as contradições que estiveram na origem da própria compulsão.

2.3 Nessa perspectiva, os anos trinta aparecem como culminação do processo de deterioração do pacto oligárquico e da materialização das tendências que, germinando nos anos vinte, encontraram sua verdadeira consolidação a partir do Estado Novo.

A nosso ver, a indicação de Júlio Prestes à sucessão

de Washington Luís não representou apenas uma ruptura do acordo do "café com leite". Significou a mais séria tentativa de ruptura das regras que nortearam todo o compromisso oligárquico. Naquele episódio, São Paulo buscou transformar em hegemonia política o que já era sua supremacia econômica, abrindo portas para uma nova e imprevisível trajetória político-econômica para o país. Sua derrota é que significou, ao contrário do senso comum, a continuidade na preservação da regra de ouro que viabilizou a tão prolongada "pax oligárquica", e representou, nesse sentido, uma vitória claramente conservadora. A partir de 1930 e, em particular, depois de 1937, o movimento centralizador e autoritário significou, mais do que um esforço para conter a fragmentação, uma verdadeira barreira para impedir a consolidação de uma hegemonia que implicasse no desaparecimento dos elos oligárquicos mais débeis.

Nesse sentido, vemos em trinta um momento de máximo acirramento dos conflitos destravados a partir da primeira guerra mundial e exacerbados pelas primeiras iniciativas estatais no campo econômico, protegendo os interesses da cafeicultura através do que criticamente chamou-se de "socialização das perdas". O Estado usava aí seu novo poder, deslocando recursos e alterando valores em favor de um dos mais importantes setores regionais exportadores. Raciocinando em termos dos "interesses nacionais", compreendia que esses estavam estreitamente atrelados ao futuro do café, e procediam coerentemente. Com isso, entretanto, criava um precedente contrário às tradições estabelecidas e assumia plenamente seus novos poderes, desenhando as funções de um Estado que abdicava da debilidade implícita nas

regras do jogo oligárquico.

Entende-se melhor, assim, como o conflito fracional adquiriu os contornos de um confronto bipolarizado. Sim, porque foi unificando em um bloco as oligarquias secundárias, incorporando as reivindicações urbanas e liberais e aproveitando as divisões militares, que se fez possível barrar a ascensão política da burguesia paulista e impor a reaceitação das regras originais do velho compromisso. Respostas de forma pouco sólida, depois da derrota paulista de 1932, reasseguram politicamente a regra de reprodução das várias diversidades e heterogeneidades.

Entretanto, as coisas não se mostraram tão simples. Germinavam as contradições que, desde antes, haviam erodido a ordem estabelecida, sendo sua dinâmica acelerada pelos efeitos da Grande Crise, que, prolongando-se na segunda guerra mundial, reprodiziram e multiplicaram os constrangimentos anteriores, afetando de forma decisiva e prolongada a capacidade de financiamento gerada pelo setor exportador. O que somado à interrupção dos fluxos de investimento externo, recolocou, com muito maior profundidade, os problemas vividos quando da primeira guerra mundial. Assim, com a interrupção de nossas fontes de financiamento e de fornecimento de bens de produção e consumo numa situação de renovada escassez, reatualizaram-se, e com maior intensidade, as mobilizações reivindicativas da classe operária e dos setores médios urbanos. Além disso, acirraram-se os conflitos político-econômicos intra-oligárquicos envolvendo, agora, e ainda que de forma secundária, setores da burgue-

sia industrial que passam a disputar as mesmas vantagens classicamente asseguradas às várias frações agro-mercantis.

Assim é compreensível a forte instabilidade institucional que, acompanhada da multiplicação das greves, dos partidos e dos conflitos diretos, marcou decisivamente esta primeira experiência, relativamente democrática, da sociedade brasileira. Basta dizer que, durante aqueles anos nasceram, da "ge-latinosa sociedade civil" brasileira, mais de duzentos experimentos partidários. E dois entre eles, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, chegaram a constituir-se nos primeiros movimentos políticos de base urbana e dimensões nacionais conhecidos por nossa história política. Sua dissolução apoiada, aliás, na primeira Lei de Segurança Nacional, recém aprovada em 1935, demonstrou que nossa classe dominante, sobretudo quando dividida, não tinha condições de conviver com movimentos políticos nacionais autônomos e, menos ainda, de legitimar-se pelo voto popular, que havendo sido estendido em 1933 a toda população adulta alfabetizada, só foi utilizado e, parcialmente, na Constituinte de 1934.

O poder das oligarquias agrárias articulava-se, desde sempre, sobre bases fiscais e eleitorais regionais. O fracasso de Francisco Glicério em 1893, e de Pinheiro Machado em 1914, demonstraram claramente, que a organização regionalizada da dominação política respondia de forma mais adequada à heterogeneidade que se batalhava por manter e reproduzir. E, nesse sentido, a nova realidade sinalizada pela ANL e pela AIB ao apontar para um eleitorado urbano de comportamento desconhecido e in-

controlável pelos velhos mecanismos do poder local, e para um poder orgânico que se movia segundo uma lógica que queria responder a interesses nacionais, aparecia tão ameaçadora, ou mais do que a possibilidade de uma hegemonia paulista. Por ambos os lados, as velhas oligarquias viam ameaçadas sua sobrevivência, no momento em que inúmeras transformações estavam indicando a profundidade da luta em torno a uma nova fórmula de convivência entre as frações dominantes e, destas, com as classes populares.

É nesse quadro e durante esses sete anos que a classe dominante, bipolarizada horizontalmente e ameaçada verticalmente, por aquela verdadeira explosão da sociedade civil urbana, encontra a sua nova solução de compromisso, a qual deveria passar pela industrialização e pelo autoritarismo.

Constrangida pelas dificuldades externas, previda pelos conflitos sociais, sem admitir que se tocasse nas bases de seu poder local e sem poder romper o pacto de reprodução da diversidade (ou, com diversidade), retoma a velha estratégia e "foge para frente", buscando no crescimento e na centralização estatizantes, uma vez mais, a sua solução. Apenas que, agora, no prolongado quadro de crise, crescer significa inevitavelmente industrializar-se, e a centralização, num quadro de polarização crescente, só era viável através de um regime autoritário.

O pensamento conservador estatista e centralizante, e as propostas tenentistas viam-se, assim, vitoriosas na proclamação de um Estado Novo que assumia explicitamente, pela

primeira vez na história brasileira, uma posição crítica frente às democracias parlamentares e partidárias. Mas, apesar do discurso conservador dos intelectuais, o regime fez pouco uso de programas e doutrinas nítidos. Antes pelo contrário, parece haver recorrido às doutrinas, como em outras ocasiões similares, na busca de elementos racionalizadores de uma solução que nasceu, sem maiores princípios, obedecendo apenas a uma lógica imposta pelo desdobramento das ameaças e dos conflitos. Não por acaso que um dos discursos mais explicitamente autoritários de Vargas atacava veementemente, como peças burguesas e decadentes, aos partidos políticos que, nem bem nascidos, já eram vistos como uma ameaça à sobrevivência da dominação oligárquica. Simultânea e sintomaticamente, foram descartadas todas as propostas jacobinas contidas, por exemplo, no discurso de alguns tenentes, pedindo a destruição do poder oligárquico. Disto, ficou apenas a queima simbólica e inútil das bandeiras estaduais patrocinadas por Vargas.

O fundamental, entretanto, é que, como consequência de todos aqueles estrangimentos e mais uma vez compelido a crescer, o Estado atualiza, como nova função, o poder de criar e transferir recursos e fundos para gastos e investimentos, capacitando-se como promotor da industrialização. Nasce assim, o Estado Desenvolvimentista, gestado desde a primeira guerra mundial, embalado nos anos trinta e ativado a partir do Estado Novo. Nasce autoritário, como única forma de arbitrar e repor as regras de convivência com a heterogeneidade; e nasce industrializante, como única forma de responder às restrições externas, atendendo à complexidade crescente e irrecusável das demandas internas.

Castrado o setor externo e suspenso o fluxo de capitais forâneos, somente o Estado podia, naquele momento, financiar as condições de uma acumulação industrial. Nesse sentido, a mudança de rumo depois de 1937, e a preocupação com a criação de uma infra-estrutura e de uma base produtiva autônoma de insumos básicos para a produção industrial. Nessa direção, também, o estabelecimento, aparentemente precoce, de todas as regras de funcionamento do mercado de trabalho, incluído aí a própria organização sindical e da justiça trabalhista.

A opção industrializante e a solução autoritária, apareceram, assim, no final de um longo período de instabilidade e conflito aberto no interior da classe dominante, deslançado, como vimos, a partir da primeira guerra mundial e do "desatrelamento" do dinheiro e das normas. Surgiram, assim, como a nova face da necessidade de crescer e centralizar, como forma de "ultrapassar" as condições postas pela reprodução forçada politicamente da heterogeneidade. E, nesse sentido, a nova fórmula tendo que assimilar a regra das desigualdades como condição de sua viabilização, acabou, também ela, prisioneira das mesmas contradições.

Assim, com a ação industrializante do Estado, a qual, estimulando o desenvolvimento de uma burguesia industrial, o fez repondo o pacto sinalizado por Carlos Lessa e Sulamis Dain, e absorvendo em seu interior mais um componente em sua já complexa correlação de forças internalizadas em seu próprio aparelho. A nova burguesia industrial estabelece, desde um início, uma relação simbiótica com o Estado, encontrando nele o seu

principal instrumento de poder e competição. Dependente de seus subsídios e investimentos, a "vontade conquistadora" da burguesia passa, desde então, pela vontade e pela ação do Estado no desbravamento das novas fronteiras possíveis de sua expansão. Competindo por tributos, taxas, subsídios, gastos, investimentos e crédito, a burguesia industrial inscreve-se, assim, como mais um parceiro e adversário nos conflitos e compromissos que dividiram e envolveram as várias frações da burguesia agro-mercantil e financeira, até então articuladas politicamente na forma de oligarquias, predominantemente regionais.

Nesse sentido, se a incipiente industrialização patrocinada pelo Estado Novo viabilizou a manutenção do crescimento econômico, promoveu igualmente o aparecimento de mais um componente na luta em torno ao controle de um poder discricionário estatal que se fazia cada vez mais amplo e ativo.

Assim também, com a solução autoritária responsável pela ascensão dos militares ao papel de árbitros, em última instância, do novo compromisso amarrado em 1937. Se, desde o início e, basicamente, através do ideário tenentista, os militares estiveram associados e patrocinaram essa contraditória expansão estatal participando decisivamente dos eventos de 1930, foi só com o Estado Novo que, no limite da eqüipotência entre as várias frações em luta, eles foram chamados a garantir a eqüidade no seio dos novos poderes estatais. E, nesse sentido, há que reconhecer-se o seu novo papel também como obra e decisão da própria classe dominante, e não o inverso como poderia imaginar-se. Na verdade, eles se fizeram fortes, tanto quanto o

Estado, como avalistas de um pacto entre frações heterogêneas de classe e, portanto, tornaram-se depositários de uma delegação destas mesmas frações.

Recorde-se neste ponto que a Lei de Segurança Nacional, de 1935, tanto quanto a repressão à ANL, no mesmo ano, e a prolongação indefinida do estado de sítio, como no tempo de Bernardes, foram apoiadas amplamente pelos setores "liberais" liderados por Armando Salles de Oliveira. Ainda mais expressivo, talvez seja, o último gesto desse mesmo liberal, tentando conter o golpe getulista: uma carta apelando veementemente à intervenção militar. Naquele momento, 1937, Vargas com Goês Monteiro e Armando Salles com seu apelo patético, delegavam aos militares a função de arbitrar em última instância o compromisso instável e belicoso estabelecido entre aqueles que, com o fechamento do regime, apareceriam cada vez mais como dois grandes blocos oligárquicos. Delegavam, igualmente, a tarefa de administrar uma legislação paralela à Constituição onde impunha-se um interesse nacional arbitrário frente às subversivas reivindicações urbanas.

E foi tão verdade que a primeira LSN obedeceu apenas a determinações puramente internas, que a política externa brasileira pôde pendular, durante estes anos, entre a sua simpatia fascista e as suas obrigações hemisféricas. Nesse sentido, como dizíamos, os militares só assumiram essa nova função, como avalistas de um Estado que já era árbitro de um compromisso, e acabaram também eles, envoltos pela contraditória dinâmica das cisões e conflitos que perpassavam o processo de "a

cumulação politizada".

Assim, se o rigor autoritário do Estado Novo acabou cristalizando, de forma polarizada, um conflito que antes tinha múltiplas faces, polarizou igualmente os militares, dividindo-os e debilitando-os em seu novo papel.

O desfecho do Estado Novo responde, em parte, ao desdobramento, cada vez mais complexo, das contradições embutidas nas regras de uma acumulação politizada. Com a ascensão industrial, o envolvimento dos militares e a expansão do poder e do aparelho de Estado, multiplicaram-se seus problemas na condução equitativa da heterogeneidade. O panorama global complicou-se ainda mais, pelo fato de que o autoritarismo estadonovista simplificando as situações, acabou agrupando de um lado os beneficiados e de outro, os penalizados por uma ação estatal que já não lograva dar conta de todas as demandas. A política brasileira adquiriu aí, uma clivagem que a acompanhou nas décadas seguintes, consagrada mais à frente na forma de um sistema, na realidade, bipartidário. Avançava-se, aparentemente, na medida em que se cristalizavam como nacionais os interesses favoráveis e contrários à ditadura. Mas na verdade, essa cristalização escondia a velha multiplicidade de grupos, frações nacionais e regionais, presente novamente no final de um Estado Novo interrompido, sintomaticamente, já agora, por uma fração militar.

Militares e industriais agregavam-se como novos sócios e competidores, na busca de renovadas fórmulas de compromisso que garantissem as velhas e novas formas de heterogenei-

dade da sociedade brasileira. E, nesse sentido, havendo sido solução de uma década, já eram fatores geradores de crise na década seguinte.

A despeito disso, a experiência autoritária deixou marcas profundas e redirecionou, de alguma forma, o conteúdo da tendência cíclica que vimos acompanhando. Assim com a incorporação definitiva da tutela militar e do caráter irrecusável da opção industrializante. Assim com a aglutinação das forças em uma espécie de "Partido do Estado" e outro da Sociedade Civil mas, sobretudo, com a expansão das funções e do aparelho burocrático do Estado. Esse emerge, ao final do período, completamente reorganizado. No lugar do Estado frágil e federado do início do ciclo, tínhamos agora, um aparelho dirigido por uma nova elite civil e militar, preparada no próprio exercício da administração pública para a gestão dos enormes poderes delegados ao Estado. Vê-se, assim, como os conflitos embutidos no processo de acumulação levando o Estado a uma função arbitral ativa, imposta pelo seu poder discricionário sobre o valor do dinheiro e das normas, acabam conduzindo-o ao comando de um crescimento e de uma industrialização, que tem como contraface a expansão do aparelho econômico do Estado e o encapsulamento de uma quantidade crescente de interesses e conflitos, no interior do aparelho estatal. Processo que, na impossibilidade de atendimento e conciliação de todas as demandas e conflitos, põe o problema de uma incipiente balcanização do poder estatal mas, sobretudo, nesse momento, obriga a aglutinação nacional de todos os interesses penalizados numa confederação que, contudo, só teve sucesso quando a fragmentação do "partido" estatal lhe

trouxe a liderança e a força que a viabilizaram como alternativa de poder.

Pela primeira vez, recorria-se à democracia na esperança de, substituindo o arbítrio autoritário do Estado, permitir o nascimento de regras conhecidas e constantes de disputa. A história encarrega-se-fa de demonstrar a sua dupla inviabilidade.

O liberalismo, esgrimido ideologicamente pela oposição, mostrou-se completamente impotente, e foi abandonado ou derrotado na Constituinte de 1946 por uma avassaladora maioria que, pragmaticamente, reconhecia a inevitabilidade do Estado, já agora plenamente comprometido com a dupla função de arbitrar o dinheiro e as normas. Naquele forum, as reivindicações descentralizantes e desestatizantes explicitaram sua debilidade intrínseca: a devolução do poder aos locais, aparecia como um projeto "ultrapassado" e de difícil execução, devido à complexidade real dos interesses e da tessitura social. Na verdade, falando de descentralização e de desestatização, todos estavam obrigados a apoiar, por razões de sobrevivência, um estatismo que, ao mesmo tempo, já não conseguia compatibilizar todos os interesses adequadamente. Por isso, a partir do Estado Novo, a necessidade e o ódio ao Estado marcharam sempre juntos.

Ficava-se, assim, com o Estado e abdicava-se de seu regime autoritário, tentando levar para um sistema político aberto e competitivo a luta pelo controle do seu poder e de seus benefícios. Também aqui a história encarregou-se de, rápida

mente, abrir os olhos dos democratas de ocasião. O controle factual do aparelho estatal se demonstraria mais poderoso do que se imaginara. O Governo Central, esvaziando parcialmente os poderes locais, construíra novos mecanismos centralizados de dominação e consolidação de lealdade. Assim o Estado que haviam gerado, não apenas expandia-se no comando econômico da acumulação capitalista, como também mostrava-se capaz, enquanto "partido", de controlar eleitoralmente o comando político do mesmo processo de acumulação.

Essa dupla descoberta dos liberais apontava para as mesmas contradições e suas novas realidades: a sobrevivência de todos fazia irrecusável a presença do Estado e essa presença era incompatível com o sistema político-partidário aberto, através do qual sonharam alterar-se no usufruto das "benesses" estatais.

A experiência estadonovista, entretanto, deixa ainda outras marcas e contribuições de profundo impacto na dinâmica estrutural da acumulação capitalista nas décadas seguintes. A transformação real do sistema produtivo ocorre, a partir de trinta, com o crescimento continuado da atividade industrial, que altera a composição interna da produção nacional. Se, entretanto, esse crescimento se dá apenas de forma horizontal ou restringida, e não logra hegemonizar econômica e politicamente uma acumulação capitalista que segue, ainda, um padrão mercantil isso se deve, sem dúvida, a limites tecnológicos e financeiros, mas sobretudo e paradoxalmente, à "positiva" intervenção estatal. Sim, porque é no Estado Novo que se rearti-

cula, finalmente, e em novas bases, o velho pacto de dominação e se reafirmam todos os interesses díspares e heterogêneos, com seus direitos adquiridos a uma valorização em grande medida especulativa e meramente financeira ou mercantil. Onde, se bem cresce uma burguesia industrial simbiotizada com o Estado, ela terá no próprio Estado, o limite de suas possibilidades de expansão. E isso porque essa nova burguesia industrial ingressa no cenário econômico e político ao lado dos velhos parceiros, e submetida às velhas regras plasmadas no próprio formato do Estado.

Nesta direção, ousaríamos dizer que os limites financeiros e a pouca ousadia tecnológica dessa industrialização restringida, tiveram no Estado que a induziu o seu próprio limite de expansão. Os eventos de 1930 e o Estado Novo foram realmente conservadores, mas muito menos modernizantes do que se acredita. Se atualizaram e expandiram as estruturas estatais, o fizeram respondendo às exigências do pacto agrário, muito mais do que aos requisitos de uma futuridade industrial. Onde, paradoxalmente, o Estado - que todos corretamente viram enquanto governo, estimulando a industrialização através de seus planos e ações explícitas - ter sido, enquanto pacto de dominação, o principal obstáculo à hegemonização do capital industrial e de sua burguesia.

Somente na década de cinquenta é que o Estado finalmente buscará, de forma efetiva, e através de caminhos heterodoxos, mecanismos financeiros capazes de deslocarem ou atrai-rem os recursos necessários para o avanço da industrialização

pesada. Até lá e, sobretudo, até à maciça entrada de financiamentos externos, a boa vontade industrializante do Estado viu-se castrada por seus limites políticos de classe. Ficando visível uma vez mais, a inexistência - tão proclamada - de autonomia desse Estado, que se fez forte pela delegação de quem o fragilizou, impondo a força real de seus interesses fragmentados e heterogêneos.

2.4 Na virada dos anos cinquenta, já havia adormecido a trepidação política gerada pelo afastamento de Vargas em 1945. A modorra que acompanhou Dutra em sua administração e a sonolência dos debates parlamentares que se sucederam ao acordo PSD/UDN, de 1948, parecem indicar uma situação de estagnação ou paralisia. Em verdade, naqueles anos, as várias frações burguesas, polarizadas pelo autoritarismo do Estado Novo, viviam um momento de congraçamento e perplexidade.

Frustrados os ímpetos ideológicos de alguns liberais de origem urbana, devidamente convencidos pelo voto majoritário da Constituinte de 46 da peculiaridade brasileira, seguiram seu trajeto natural as tendências impostas pelo compromisso básico e pela reconciliação aparente, dando a impressão de que voltáramos a um edênico mundo agro-exportador e oligárquico. Daí o congraçamento só viabilizado depois da nova Lei de Segurança Nacional e da proscrição dos comunistas. Com estes na ilegalidade, e com Vargas em suas pastagens, apesar da vitória eleitoral de seu chefe militar pró-fascista, todos pensavam haver retornado aos bons tempos da política oligárquica.

Mas havia também perplexidade. A derrota eleitoral dos "humilhados e ofendidos" pela ditadura, logo após a sua derrubada, propunha uma incógnita e jogava água fria sobre o entusiasmo liberal dos que, combatendo o autoritarismo, estiveram sempre seguros de que o voto os recompensaria, devolvendo-lhes o controle do Estado, ou pelo menos, de alguma parcela de seu poder. Acabavam de descobrir sua dupla impotência, ou melhor, a dupla impotência de seus interesses frente a uma mesma realidade. Não foram capazes de se desfazer da "excessiva presença" do Estado e, por vezes, até mesmo defenderam a sua manutenção, como no caso da legislação sindical. E não foram capazes de vencer eleitoralmente um Estado que já se havia feito partido e acabara de demonstrar enorme eficácia no manejo das lealdades populares. Frente ao poder local das oligarquias, só o Estado mostrava-se capaz de haver-se com o voto urbano.

Depois de uma longa trajetória, pois, descobriam os descontentes que o Estado por eles defendido e gerado como uma necessidade do seu "pacto de sobrevivência", aparecia agora como um Leviatã capaz de massacrá-los, apesar de que só fosse um operador eficaz dos interesses que já se haviam instalado há mais tempo em seus palácios e gabinetes.

Essa perplexidade talvez fosse arquivada por mais tempo, como ocorreu durante a vigência do acordo parlamentar de 1948, cujos efeitos foram similares aos dos Ministérios de conciliação liberal-conservadora no 2º Império: pasmaceira e inatividade. Mas o retorno de Vargas, de 1950 a 1954, teve a qualidade de devolver o ânimo aos conflitos internos da classe do

minante. Sua presença rearmava os espíritos e dissolvia a ilusão de um grande acordo, naquele momento, certamente, já impossível. Vargas não fugia, como nunca o fez, às regras básicas do pacto oligárquico transformado. Mas sua presença reforçava a nova realidade produzida por sua ditadura, bipolarizando o conflito entre as várias frações obrigadas a confederarem-se a partir do Estado ou contra o Estado. Mais do que isso, a volta de Vargas assustava aos que estiveram tantos anos afastados dos recursos do poder estatal, pois anunciava-lhes mais tempos de "vacas magras".

O crescimento industrial já era um fato, e a burguesia industrial já era sócia do grande condomínio, não colocando problemas, pois, à continuação de uma ordem que a favorecia. O problema estava no próprio Vargas, líder de um dos grandes conglomerados para o qual anunciavam-se, a partir dali, mais alguns anos de "benesses" asseguradas.

Sua esmagadora vitória em 50, por outro lado, confirmou, definitivamente, não terem ocorrido equívocos na eleição de Dutra. Gerado o Leviatã, já não conseguiam mais vencê-lo pela via eleitoral. Desde esse momento, e movidos por uma velha convicção, os liberais redescobrem o significado profundo do gesto de seu grande líder, Armando Salles de Oliveira, quando implorou a arbitragem de militares que já haviam entregue sua tutela a Vargas. Apenas, agora, trabalharam de forma mais eficaz, articulando e desenvolvendo as divisões militares, as quais nascidas no autoritarismo do Estado Novo, estenderam-se sob várias formas através das décadas seguintes.

Desde um outro ângulo, e já corrido algum tempo de sua gestão, liberadas as atividades sindicais, renasceram violentas, em 1953, as manifestações populares nas grandes cidades contra a política econômica de Vargas. Aliás, é a partir daí que, como nos ensinaram os estudiosos do sindicalismo brasileiro, germina o embrião de uma nova organização operária, paralela e semi-autônoma com respeito ao sindicalismo oficial, criado pela ditadura e mantido pela democracia. Manifestações de rua (das "panelas vazias") e greves anunciavam novas formas de luta popular, mais além dos limites impostos pelo voto e por uma organização partidária que ainda mostrava notórios sinais de sua origem estatal. Aliás, é nesse mesmo momento que, nos vazios dessa organização incipiente e no calor das manifestações populares das grandes cidades, apresenta-se vitorioso o fenômeno eleitoral do "populismo", forma híbrida de construção e manipulação de lealdades maciças dedicadas a lideranças unipessoais e carismáticas. Nascia como única e mágica fórmula para derrotar eleitoralmente um partido estatal que retrucou com o uso patrimonial de certas dimensões do seu aparelho, para a obtenção cooptacional de lealdades clientelisticamente asseguradas no varejo do voto e no atacado das greves.

Esse complexo caldo de cultura, agitado pelas liberdades democráticas e galvanizado pelas eleições periódicas, encontrou no governo de Vargas uma proposta de solução que reproduzia, em termos acordes com a modernidade de um país semi-industrializado, a velha estratégia da "fuga para frente", que nesse momento reatualizava os planos não realizados de industrialização, produzidos pela burocracia estadonovista. Segundo

a recorrência que vimos tentando apontar, impunha-se aqui, mais uma vez, como solução única, dada a indiscutibilidade dos supostos políticos, centralizar e crescer. Já agora, entretanto, a mera centralização política, obstaculizada em parte pela abertura democrática, não conseguiria mais substituir algum tipo de centralização econômica, inevitável num processo de industrialização pesada.

Entretanto, mais do que em qualquer outra ocasião, é no próprio governo de Vargas que adquire notória visibilidade o caráter contraditório do compromisso das classes dominantes. Haja vista a distância, e mesmo a contradição, entre política econômica de curto prazo, e os projetos de longo prazo. Distúria visível, quando comparamos os planos estabilizadores de equilíbrio fiscal e contenção creditícia de Horácio Lafer e Osvaldo Aranha, com a criação do BNDE e da Petrobrás, e os planos nacionais do Carvão, de Eletricidade, Rodoviário, etc. Mas ainda mais viável quando contrapomos uma meia dúzia de discursos grandiloquentes de Vargas com sua condução diária dos problemas político-institucionais e regionais.

A prolongação das estruturas e recorrências vindas da primeira guerra mundial, encontraram-se aqui, entretanto, com um contexto internacional radicalmente alterado. Se nosso longo ciclo histórico arrancou da crise gerada pela falência da hegemonia inglesa e expandiu-se como estrutura e tendência durante os longos trinta anos de interregno marcados pela luta sucessória, chocou-se nos anos 1940/1950 com um mundo reorganizado em torno a duas hegemônias incontestáveis do ponto de vista mili



tar, econômico-financeiro e político-ideológico.

A partir de 1947, assiste-se ao fim da longa crise recessiva internacional iniciada em 1929, mas cujos antecedentes estiveram em 1914, e cujos efeitos são por demais conhecidos. A retomada do crescimento dá-se a partir da reconstrução européia, financiada, em parte, pelo Plano Marshall, já sob a égide de uma nova geo-política mundial alinhada rigidamente em torno aos interesses das duas grandes potências imperiais: os EUA e a URSS. Frente a esse mundo definido pelo impacto de Hiroshima e pelas regras de Ialta, restou pouco espaço para as movimentações internacionais dos países subdesenvolvidos. O alinhamento era forçoso, e o Brasil compreendeu-o sem muita resistência. A partir de 1947, os EUA intervindo na Grécia e na Turquia, deixavam claro quem fora a potência vitoriosa e quem era a nova liderança incontestada do mundo capitalista.

Simultaneamente, os acordos de Betton Woods, seguidos da criação do FMI, do GATT e do BIRD, desenharam a arquitetura normativa e institucional da hegemonia americana, alinhavada pelo dólar, o novo padrão monetário internacional. Também nesse caso, o Brasil não teve dificuldades em definir sua área de submissão. Já durante a Guerra e logo depois, alinhou-se fielmente ao lado da potência militar americana. Na área do padrão dólar, chegou mesmo a declarar a paridade de sua moeda, sem, entretanto, como é óbvio nesse caso, lograr cumprí-la.

No espaço criado por essa hegemonia se expandirão e transnacionalizarão as estruturas produtivas das grandes Corpo

rações Multinacionais, acionando investimentos diretos em todos os países europeus, e depois, em vários países periféricos, incluído aí o espaço brasileiro.

Sem cair em determinismos "exogenistas", há que reconhecer na construção da nova ordem capitalista mundial, um fato radicalmente novo e decisivo na evolução das relações capitalistas na periferia e, em particular, na "semi-periferia" de que faz parte o Brasil. O fato inequívoco de um mercado mundial a partir da Revolução Industrial e, em particular, depois da segunda metade do século XIX, alcança aqui uma nova dimensão. Depois de um longo período de disputa, o mundo capitalista se rearruma sob a liderança das grandes corporações norte-americanas que impõem através do mundo os seus padrões produtivos, afetando decisivamente a questão da soberania dos vários estados nacionais e o problema do financiamento do desenvolvimento econômico de alguns espaços "eleitos" da periferia capitalista.

Essa transformação radical do quadro internacional acabou afetando, por vários caminhos, e de maneira decisiva, os rumos seguidos a partir da crise político-institucional gerada pelo retorno de Vargas ao governo. Dois impactos nos parecem fundamentais. Por um lado, a bipolarização ideológica e militar do mundo e o alinhamento automático de todos os países, acabou colocando nossas forças armadas numa posição privilegiada, de membrana receptora e refratora dos sinais emitidos pela Guerra

Fria, transformando-se, com isso, no locus privilegiado em que se debateu, desde os anos 40, a necessidade do alinhamento ideológico-militar ao lado dos EUA. Este alinhamento é visto como condição de uma industrialização pesada, tomada agora com maior força do que ao tempo de Goes Monteiro, como lastro necessário à Segurança Nacional. A partir daí suas tradicionais divisões internas, acirradas e polarizadas pela ditadura de Vargas, encontram um novo arrazoado ideológico. As questões da segurança, do controle dos recursos naturais, do monopólio estatal do petróleo e do próprio caminho da industrialização reapareceram, desde então, novamente traduzidas, segundo um código maniqueu, numa linguagem onde os elementos centrais estavam dados pela definição dos inimigos internos e externos, feita segundo a ótica da potência hegemônica.

Por onde, os velhos conflitos militares repostos na clave do getulismo e anti-getulismo, adquiriram a partir daqui uma aparente intensidade ideológica que, em verdade, nunca possuíram. Assim, já no governo Vargas, as disputas políticas passando as forças armadas atingiam uma eleição do Clube Militar, tingindo os seus debates com as cores de um enfrentamento entre nacionalistas (vistos como comunistas) e democratas (vistos como americanófilos). A partir do que, cristalizando-se posições segundo a radicalidade própria da Guerra Fria inviabilizavam-se as negociações, acirrando os conflitos e partidariando as forças armadas. Fenômenos da maior importância para entender, não só a crise institucional que matou Vargas, quanto a participação dos militares nas demias crises que se multiplicaram até os dias atuais.

Pro outro lado, as decisões de investimento tomadas pelas grandes corporações multinacionalizadas, elegendo alguns espaços nacionais de acumulação e privilegiando o Brasil, sobretudo depois de 1956, forneceram, finalmente, uma solução parcial para o seu problema crônico de mobilização de capitais. Assim, se Vargas falhou apostando prioritariamente na possibilidade de uma espécie de "Plano Marshall dos pobres", logo em seguida viabilizou a desejada "fuga para frente", impulsionada agora pela associação do Estado com aqueles investimentos diretos das grandes empresas estrangeiras.

Sua chegada alterará radicalmente, o problema do financiamento e da industrialização, mas também e, como consequência, a própria trajetória política de nossa acumulação capitalista. Na conhecida formulação de Cardoso de Mello, a "implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira "onda de inovações" schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados" (1982, p. 117).

Mas esse investimento externo só veio porque o Estado "se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas mas, também, por lhe gerar demanda" (idem, p.118).

Na verdade, desde antes, já no início dos anos cinquenta, o problema do financiamento já havia sido repostado, desenhando-se ali, a perspectiva heterodoxa de combinar inflação e ajuda externa na mobilização dos recursos necessários. O Estado desenvolvimentista redescobria, assim, a função ativa do poder de que dispunha desde os anos vinte: a capacidade de ampliar o seu gasto sem alterar, necessariamente, a sua base tributária mediante emissões e confiscos cambiais. O poder de redefinir permanentemente o valor do dinheiro, deslocando arbitrariamente suas massas, segundo os objetivos estratégicos estabelecidos. Descobria-se o "ovo de Colombo" e para compatibilizar os velhos compromissos com os novos objetivos da "fuga para frente", alçava-se a inflação à categoria de mecanismo básico de financiamento do desenvolvimento industrial.

Mas com isso abria-se uma nova e fatídica arena de luta entre as várias frações. Estressado entre o seu poder e a única solução possível para sua heterogeneidade, o Estado opta pela inflação, fazendo dela causa e solução das sucessivas crises financeiras e institucionais que acompanharão o novo padrão de acumulação hegemônico pelo capital industrial. E isso porque, como mecanismo heterodoxo de financiamento, ela explici

ta, também, uma luta permanente em torno à distribuição dos recursos e da produção e, por derivação, da riqueza e da renda. Luta-se em torno à política econômica, procurando balizar o câmbio e a moeda, instrumento central para a determinação do movimento dos preços e das taxas de lucro. Os anos 50, como é sabido, desconhecem a correção monetária, o que fazia das políticas monetária e cambial o lugar de uma luta sem quartel em torno à definição das prioridades estatais, através das quais recortavam-se os interesses favorecidos.

Por esse motivo, desde os anos 50, desenvolve-se um debate permanente e impotente em torno às políticas de estabilização. Postas em prática, são sempre abandonadas de imediato, como em 1954/55, 58/59, 61 e 1963. A inflação e a instabilidade são apenas uma nova face do movimento contraditório que impele e limita, a um só tempo, a ação estatal. E é essa instabilidade permanente que estará na raiz do sentimento crônico de crise perceptível nas opiniões e no comportamento das elites políticas brasileiras e na dos capitais individuais, sempre prontos a recuarem, defensivos, protegendo seus interesses de curto prazo e afastando no crescimento de longo prazo.

Os capitalistas necessitam da inflação, mas ao mesmo tempo a temem, na medida em que não têm assegurado o controle do seu momento político que passa pela condução instável dos negócios do Estado. Por isso pendulam, entre um comportamento econômico defensivo, e portanto aceleracionista, e o apoio a iniciativas políticas autoritárias que possam, teoricamente, assegurar-lhes uma expectativa de expansão.

Do ponto de vista político, cria-se uma situação de tensão e instabilidade crônica. O sistema político fica hipersensível aos avatares da atividade econômica propriamente dita. A luta constante entre os vários blocos de interesse, complexificada com a entrada dos capitais estrangeiros, e a exigência política primeira, qual seja, a da preservação da integridade e da diversidade do sistema, desestabilizam qualquer possibilidade de constância e de estabilidade. Mais uma vez a inflação aparece como solução de alto risco, na medida em revitaliza as incertezas, criando um círculo vicioso que desembocará na falsa solução do autoritarismo.

Por outro lado, como decorrência, a "vontade conquistadora" e inovadora da burguesia passando pela ação do Estado, restringe-se o seu comportamento ao nível micro-empresarial à defesa da valorização de seu capital, pelo caminho mais curto possível. Por onde, também a raiz estrutural da "inadimplência" da burguesia nacional.

Desde 1952, com a existência do BNDE, o Estado cria um instrumento que só vem a agilizar-se, entretanto, depois de 55, mas a partir do qual equaciona, agora de forma institucionalizada, o problema da mobilização dos recursos para seus investimentos na infra-estrutura de energia e transporte. No movimento de sua expansão, o Estado completa o ciclo, responsabilizando-se pelas condições externas, pelo financiamento e pela própria produção enquanto estado empresarial. Isso ocorre enquanto, simultaneamente, mantém as suas funções regulatórias e normativas, sustentando com o uso de seus vários instrumentos

de poder o desenvolvimento dos capitais privados em associação com os grandes oligopólios internacionais.

Consagra-se assim, a partir do projeto Vargas-Kubitschek, a aliança que comandou o processo de industrialização passada entre o Estado, a grande empresa oligopólica internacional e os capitais nacionais. Todos convergiam, ao ver na ajuda e nos capitais forâneos, o único caminho possível para um crescimento rápido, comandado por um capital industrial que atingisse sua plena maturidade. O novo-velho sócio foi bem recebido dentro de uma fórmula que, de alguma maneira, repunha os termos do "pacto implícito" de que nos fala Carlos Lessa com relação à entrada das filiais estrangeiras nos anos vinte. Para manter o pacto de não "agressão" e de reprodução da heterogeneidade, o Estado avança um passo, e expande-se, já agora, como "empresário". Equilibrados para resolver o problema de suas disparidades, as várias órbitas do capital e as várias frações burguesas convergem, também, afastando uma vez mais o seu Leviatã. Com isso, politiza-se, ainda mais, o processo de acumulação, com a entrada do velho sócio em novos termos, isto é, montar espaços econômicos e de organização social. A sua presença acelerando brutalmente a heterogeneidade interna, repõe com maior vigor, a contraditória necessidade de substituir as velhas regras de mercado, pela sempre renovada e acrescida ação do Estado, com o inevitável risco - acrescido pelo número de parceiros e pela complexidade das estruturas sobrepostas - da arbitrariedade. Ou, pelo menos, com a diminuição da possibilidade de manter a equidade, sobretudo quando sobrevenham as crises próprias do ciclo industrial.

O grau de consenso em torno a essa nova perspectiva desenvolvimentista, excedeu os limites estreitos da classe dominante. Nos anos cinquenta o estatismo conservador consegue o apoio generalizado das forças progressistas e soit-disant populares. O clima ideológico do pós segunda guerra mundial, acelerado pela descolonização asiática e africana, é francamente "desenvolvimentista", seja nos países centrais, preocupados com o controle das nações emergentes, seja nos países periféricos, preocupados com o crescimento das diferenças e desigualdades durante a guerra e, acentuadamente, depois dela.

Na América Latina, tanto pela vertente estruturalista do pensamento cepalino, quanto pela tardia conversão do pensamento marxista oficial às teses stalinistas a propósito da etapa necessária da Revolução Democrático-Burguesa, a quase totalidade do pensamento social progressista e de suas organizações políticas convergiam em torno à necessidade de fazer do Estado o agente propulsor de uma industrialização induzida, capaz de reproduzir com o apoio de uma burguesia nacional, ideologicamente fabricada, todos os benéficos efeitos da modernidade. Entre outros, a democracia. Quando não, logo à frente, o socialismo.

Fosse como fosse, todos viam na ação estatal o único caminho possível de um desenvolvimento nacional, com justiça social e com a democratização do próprio Estado. Pouco se pensou, naquela época, e quase nada se entendeu da verdadeira natureza do Estado e de sua expansão continuada na América Latina e, muito em particular, no Brasil. A ideologia conservadora

dos anos 20/30 reaparecia renovada pela entusiástica retradução progressista. Sendo que, em suas versões nacionalistas e reformistas, este pensamento reencontrava as velhas teses te-
nentistas, já um tanto inadequadas no espaço-tempo da economia-mundo sob a hegemonia norteamericana. As culpadas auto-críticas dependentistas dos anos sessenta, não conseguiram reparar os efeitos produzidos, nem mesmo, diríamos, contribuíram para rever a matriz teórica equivocada que animara o ideário estatista.

Assim, amplos setores das classes médias urbanas, e mesmo, das classes populares, aderiram ideologicamente ao grande compromisso, agora refeito, que tinha na vitalização do Estado, sua causa e consequência a um só tempo, a única salvação. Sabidamente, o momento culminante desta convergência deu-se no período JK, encobrendo a recentralização aí ocorrida e viabilizando-a democrática apesar de tudo.

Na prática, o Estado desenvolvimentista assume, nesse momento, corpo e alma, sofrendo uma profunda, ainda que lenta reorganização, expandindo-se enfim para atender as novas funções e absorver os novos atores. Na verdade, faz um esforço gigantesco para manter os velhos compromissos, adequando-se a um processo de acumulação que acelera-se violentamente, modificando, de forma radical, o recorte dos interesses e a estrutura social de classes. A instalação das novas filiais, por suas dimensões, por sua importância estratégica, por sua modernidade tecnológica e por sua falta de autonomia decisória, encravam na tessitura social das relações capitalistas brasileiras um pó-

lo "metropolitano" distribuído igualmente por todos os setores dinâmicos da economia. Um pólo híbrido, com interesses "internos" e "externos" a serem defendidos segundo uma lógica de reprodução que escapa, às vezes, às possibilidades de controle por parte do Estado nacional.

Essa internacionalização das estruturas produtivas internas reproduz e aprofunda a heterogeneidade, hipertrofiando sua fragmentação regional e social e consolidando sobre uma base material descontínua uma tessitura de interesses dificilmente integráveis.

O padrão de acumulação industrial impulsionado por aquela aliança e desenvolvido durante as décadas subseqüentes, não logra, porém, desfazer os velhos blocos de interesse que seguem requerendo o Estado para reproduzir-se de forma autônoma. Mantêm-se assim, os mercados paralelos com produtividades, organizações e graus de concentração altamente diferenciados. Refaz-se progressivamente o velho pacto, agora com participação decisiva do capital industrial, nacional e estrangeiro, uma vez mais sem hegemonia definida, dado o peso igualmente crescente do capital mercantil e bancário.

Mas, ao mesmo tempo, essa industrialização pesada funciona segundo padrões capitalistas modernos, altamente monopolizados, com baixa capacidade de emprego industrial e segundo uma dinâmica fundada na hiper-concentração da renda. Estimula uma acelerada urbanização, e reproduz constantemente uma massa de desempregados e subempregados que vegetam nos bolsões de

marginalidade urbana e miséria rural, contribuindo, assim, para ampliar as bases de um sistema social excludente.

O aprofundamento da heterogeneidade e da segregação social ampliam ainda mais a agenda estatal, obrigando-a a dobrar-se no esforço por reproduzir, econômica e politicamente esta totalidade desagregada.

Nesse ponto delinea-se um problema central do Estado brasileiro nas últimas décadas. Cada vez mais impotente para sustentar o seu compromisso de classe, é incapaz de legitimar-se, encarnando o interesse geral, como soma de particularismos de toda ordem, em nome da preservação da integridade do sistema de dominação e da sociedade como um todo. Fica, pois, extremamente difícil articular nesse contexto organizações que traduzam e representem homogeneamente aquele estilhaçado mundo de interesses incomunicáveis. A construção da vontade geral, a partir desta infinidade de particularismos inegociáveis, mostra-se impermeável aos mecanismos classicamente bem sucedidos nas sociedades capitalistas centrais. Entre os interesses cada vez mais fragmentados e um espaço nacional recortado por profundas clivagens regionais, resta pouco lugar para a legitimação orgânica-partidária e elitista do poder estatal frente às várias frações burguesas e assalariadas mas, sobretudo, frente à grande massa dos marginalizados do sistema produtivo capitalista, presença necessária de qualquer sistema de representação que não queira assumir, abertamente, um caráter segregacionista.

Assim, o Estado aparentemente "avançado" e todo poderoso fica na verdade premido entre o pólo metropolitano e os marginais, entre os blocos regionais e as reivindicações participacionistas da classe média urbana, entre órbitas do capital extremamente centralizadas e produtivas e outras que só se reproduzem pela "permissividade" especulativa de valorização mercantil e financeira e, mais recentemente, inclusive a industrial. Já nos anos 50, o regime político, na tentativa de sobrevivência, busca caminhos de representação e negociação que escapam aos canais parlamentares, então em funcionamento, e alojam-se dentro do aparelho burocrático do Executivo. Com isso, o Estado expande seu aparelho e seus instrumentos de ação direta e indireta nas relações econômicas e sociais, absorvendo e encapsulando sem digerir, todas as contradições próprias a sociedades tão segmentadas. E o faz, não por uma iniciativa própria e autônoma, senão que, como resposta às exigências cada vez mais numerosas, complexas e inconciliáveis que, a manter-se o pacto e suas contradições, empurram para a frente o Estado, colocando-o sempre mais próximo do limite de suas possibilidades.

Na prática, o aparelho de Estado se reconstrói permanentemente em braços e ramificações que se destinam muitas vezes, de forma específica, ao encaminhamento e solução de demandas particulares postas por cada uma das faces constitutivas deste quebra-cabeças. No mais das vezes, essas ramificações da administração direta ou indireta sobrepõem-se a outras pré-existentes, sem que elas desapareçam ou sejam desativadas. Pelo contrário, a tendência é a uma justaposição, onde alguns

aparelhos escleroram-se lentamente à sombra de outros que crescem modernos, tecnocráticos e mais centralizados. O Estado reproduz, assim, em sua própria estrutura e organização, as características da acumulação e de suas relações constitutivas, hipertrofiando-se de forma heterogênea e fragmentada.

Os novos caminhos dessa acumulação industrial estavam a exigir a redefinição dos papéis e da hegemonia dentro do bloco de poder, a revisão do velho compromisso. A multiplicação dos interesses, das situações e dos particularismos na sociedade urbanizada e industrializada dos anos pós-50, não era mais compatível com os mecanismos que lograram assegurar a reprodução global até o fim da segunda guerra mundial. Cresce por todo lado o número dos insatisfeitos, dos preteridos pela ação estatal. E desenvolve-se, então, o peculiar sistema partidário brasileiro, articulado em torno ao que realmente interessa neste quadro: o controle do aparelho e da ação estatal. Donde, indiferente às siglas, durante o autoritarismo do Estado Novo mas, sobretudo, a partir das insatisfações criadas na década de 50 durante o período "democrático", as classes dominantes dividem-se entre o grande partido estatal, que é o próprio executivo, e o conjunto heterogêneo dos penalizados, no que, alguns chamariam, o "partido" da sociedade civil: melhor, o desaguadouro de todas as forças ignoradas, preteridas ou derrotadas pelas inevitáveis opções estatais. Os demais interesses também fragmentados da classe média e dos setores populares não conseguiram, durante o período 45-64, escapar a esta polarização. Tanto uma quanto outra "organização", por sua própria natureza, remendam um conjunto infinito de grupos distribuídos por toda a

rede de relações que perpassa as distintas regiões do país, reunindo, assim, graças a esta heterogeneidade, um conjunto in-forme de interesses ao qual repugna qualquer tentativa de ideologização ou doutrinário. Por aqui, podem ser encontradas algumas razões estruturais e dinâmicas que explicam o caráter anômico e desfibrado de nossos partidos, tanto quanto a irrelevância, dentro dos mesmos, de seus programas e doutrinas. Tratam-se, na verdade, de confederações de interesses recortados pela inevitável arbitrariedade contida em todas e cada uma das ações estatais.

Esse bipartidarismo real fortaleceu-se, significativamente, durante a administração de JK. A sistemática criação de Grupos de Trabalho, Grupos Executivos e Conselhos de Desenvolvimento, sem desfazer-se das velhas estruturas mantendo o Parlamento como o lugar da representação partidária, construiu um novo mecanismo de representação-participação dos principais grupos de interesse, dentro do próprio Executivo. Com isso, como é óbvio, fortalecia o Estado e, dentro dele, o Executivo, como centro articulador do partido estatal e, ao mesmo tempo, como lugar de representação e "parlamentação" entre os diversos interesses.

Esse quadro altera-se a partir dos anos sessenta. Como tão bem o mostraram os estudos de Maria do Carmo Campello de Souza, assiste-se ali um veloz processo de realinhamento partidário explicitado nas alianças e coligações, mas também nos Blocos Parlamentares. Movimento que, acompanhando o declínio dos partidos conservadores, reorganizava a composição interna

dos demais partidos e anunciava, tendencialmente, uma nova polarização, em torno a temas políticos-ideológicos conflitivos, como o das reformas estruturais e o da defesa dos interesses nacionais. Naquela altura, já se viviam os complexos efeitos do sucesso da política industrializante, proporcionada pelo Plano de Metas e viabilizada pelos investimentos diretos estrangeiros e estatais.

Se a idéia de crescer "cinquenta anos em cinco" sintetiza, de forma brilhante, o que vimos dizendo sobre a estratégia adotada como protelação das contradições básicas embutidas no Estado Desenvolvimentista, sua prática promoveu, efetivamente, como o diz Cardoso de Mello, um verdadeiro salto em nosso crescimento, com o deslançamento da industrialização pesada. Finalmente, o capital industrial assumia, de forma efetiva, a posição hegemônica no movimento econômico da acumulação capitalista no Brasil. E, dentro dele, destacavam-se de forma decisiva a presença do Estado e, em particular, do capital estrangeiro. Apoiado na ideologia desenvolvimentista e lastreado por um amplo apoio social que incluía a aliança nacional-populista, o governo JK trouxe para dentro de nossas fronteiras as condições de uma expansão industrial endógena, com suas inevitáveis conseqüências.

Dentre elas, já foi devidamente mapeada e analisada a crise que a partir de 1961 e até 1967, anunciava aquela grande novidade. A partir da segunda metade dos anos cinquenta, pois, agrega-se um elemento novo e decisivo na dinâmica contradição da acumulação e de nosso Estado. Se antes as crises no

setor externo, afetando a capacidade de financiamento interno estiveram associadas de forma regular às crises político-institucionais e financeiras, desde agora, seriam os descensos cíclicos da expansão industrial, os principais responsáveis pelas instabilizações do regime político e pelas recorrentes re formulações do sistema financeiro.

Assim, na entrada dos anos sessenta, vários fatores de peso decisivo confluíram na construção de uma quadro politicamente insustentável. Por um lado, a UDN convencida, finalmente, das virtudes eleitorais do "populismo", derrotava pela primeira vez o Partido do Estado e criava, com sua originalidade, um problema de difícil gestão, responsável em parte pela renúncia de seu presidente Jânio Quadros, e pela ascensão à presidência de uma figura que, repondo a clivagem varguista, reabriria velhos conflitos internos aos militares e à classe dominante brasileira. Por outro lado, a exaustão do primeiro ciclo de investimentos promovido pelo Plano de Metas, gerando uma crise recessiva de natureza endógena, reacelerava os conflitos internos à classe dominante, disparando a inflação e abrindo portas à emergência de um movimento popular e sindical que viera amadurecendo desde os episódios de 1953.

Assim, por esse caminho, os trabalhadores se organizam de forma efetiva, ilegal e a nível nacional, conseguindo sistematizar um conjunto de reivindicações que, aliados às teses nacionalistas formuladas pelo pensamento progressista da época, colocam, no coração do conflito, e sobre a mesa de negociações, o problema das reformas estruturais. Definindo equivo

cadamente a natureza da crise econômica, vendo em seu horizonte uma tendência inevitável à estagnação, as forças de esquerda dissociaram-se do bloco desenvolvimentista e propuseram um ideário que, esse sim, pela primeira vez ameaçava realmente, desde baixo, os supostos do grande compromisso vivido a partir da primeira guerra mundial. Sim, porque entre todas as suas propostas, duas eram as mais candentes e despertavam as maiores resistências: a modificação da estrutura fundiária e o controle dos capitais forâneos.

As forças de esquerda propunham, desta forma, tocar simultaneamente nos limites mais antigos e mais modernos impostos à ação do Estado, mexendo no "princípio" da intocabilidade da terra e no da autonomia decisória do capital estrangeiro, o mais novo sócio e responsável pela salvação recente do grande condomínio. Pela primeira vez, pois, as reivindicações populares queriam alterar as regras básicas da valorização do capital no espaço econômico brasileiro.

Juscelino Kubitschek havendo exaurido as potencialidades desencadeadas pelo suicídio de Vargas, através da aliança PSD-PTB que o fez vitorioso, e propondo no final de seu governo um pacto de sucessão continuada e alternada entre o PSD e a UDN, foi sábio ao perceber o novo quadro social e político que vinha sendo construído. Na verdade, concebeu uma fórmula que, se tivesse sucesso, consolidaria uma aliança entre as duas facções conservadoras superando a clivagem varguista e isolando as forças populares, estabilizando a dominação política e fazendo de Juscelino uma espécie de Campos Salles da nova era industrial.

A impossibilidade desta solução, inviabilizada pelo carisma de Quadros, abriu portas a uma decomposição progressiva das forças aliadas nos dois grandes blocos que perduraram durante a gestão Kubitschek.

Na prolongação daquele insucesso, alimentado pela desaceleração do crescimento e conseqüente descontrolo da inflação, aumentaram os conflitos internos de uma classe dominante que já incluía, agora, a presença das grandes corporações responsáveis pelo surto industrial e abriram espaço para o crescimento autônomo de um movimento nacional-reformista lastreado por amplos setores da população urbana e algumas frações da população rural.

A surpreendente autonomia orgânica e a radicalidade das propostas reformistas lograram o que Juscelino Kubitschek não conseguira: a convergência e reaglutinação de todas as frações conservadoras e da maioria dos grupos internos dos militares. No limite, as dificuldades da recessão e as expectativas de uma ameaça esquerdista alinharam no mesmo bloco amplos setores das classes médias urbanas. Estava formado o quadro clássico das crises brasileiras, atualizado pela presença dos novos setores sócio-econômicos e pelo peso decisivo do processo inflacionário na argumentação golpista.

Com a esquerdização de certos setores "varguistas" e a dissolução conservadora dos demais, viabilizava-se, assim, o que já parecia historicamente inviável: a recomposição da "fronda conservadora" enriquecida pelas novas presenças que as

sumiam, a partir daí, a sua hegemonia.

Ameaçada pelas pressões que vinham de baixo e atingida em os seus supostos políticos mais caros, e dilacerada por uma inflação que havendo sido solução para seus conflitos, aparecia agora denunciada como causa de todos os males, essa "fronda conservadora" busca nas forças armadas unificadas o seu novo árbitro. Havendo sido avalistas e depois tutores, os militares, antes um recurso em última instância, eram chamados agora para comandar a solução que, uma vez mais, se impunha: centralizar e crescer. Apenas que, como já se pudera perceber na trajetória passada, em seu limite, essa solução apontava para o autoritarismo e, dentro dele, para as forças armadas como único árbitro possível numa etapa em que a complexidade e a diversidade das forças e dos interesses pactados já não admitia uma arbitragem que não dispusesse da própria força como instrumento de decisão.

Cumpria-se, assim, uma profecia incrustada no Estado que nascera para gerir os poderes que lhe foram delegados pelos efeitos da primeira guerra mundial e pela decisão das várias frações dominantes: os militares, apoiados em seus velhos argumentos sobre a segurança nacional, transformavam-se em árbitros e gestores diretos da nova "fuga para frente". Passava-se a uma nova etapa no desenvolvimento das contradições próprias de nossa acumulação capitalista. Na sua origem cronológica, o golpe militar de 1964.

2.5 Entre 1964 e 1968 a "fronda conservadora" implodiu. Escudadas pelo mais longo plano de estabilização implementado em nossa história republicana, as inumeráveis frações agrárias, mercantis, financeiras e industriais e os vários setores da classe média, congregados no apoio ao golpe militar, sustentaram feroz luta por uma hegemonia que acabou nas mãos da grande empresa privada e pública, nacional e internacional. Com o golpe dentro do golpe, de 1968, afirmava-se definitiva, a supremacia da burguesia monopolista internacionalizada, a qual, em estrita aliança com o Estado, comandou o novo ciclo de expansão industrial que entre 1968 e 1974, logrou diluir os principais conflitos satisfazendo as demandas das várias frações dominantes e aliviando as expectativas da classe média.

Nos interstícios daquela luta, a militarização e a tecno-burocratização progressiva da gestão estatal, o abandono do discurso liberal e o fechamento do sistema político, acompanharam a marginalização massiva da população de qualquer atividade ou participação política.

As deserções começaram cedo e os interesses penalizados pela política econômica estabilizadora rapidamente refluiram para uma oposição que ainda mantinha abertas, ainda que castigadas, as suas organizações político-partidárias. O jacobinismo dos setores militares mais radicais encarregou-se, na primeira hora, de afastar os setores tradicionais ligados ao PSD e à figura de sua máxima liderança, Juscelino Kubitschek, castigado em seus direitos políticos em 1965. A deserção progressiva de outras lideranças golpistas denunciava, a partir daí, a

impossibilidade de manter unida toda a fronda conservadora, e explicitava a violenta luta que se travava em torno à reorganização do pacto entre as várias frações dominantes. Reproduzia-se, aqui, algo similar ao que ocorrera no interregno entre 1930 e 1935.

A derrota dos setores governamentais nas principais eleições para governador, ocorridas em 65, demonstravam a incompatibilidade desse processo de reorganização com os mecanismos democráticos de legitimação do poder. Nem mesmo a reforma partidária imposta pelo governo militar, oficializando e institucionalizando a realidade do sistema bipartidário lograria diminuir a velocidade das dissidências reaglutinadas em torno a uma Frente Ampla que rapidamente repôs o problema da ingovernabilidade em situações de crise e revisão dos compromissos, como aquela que vivia o país.

Como em outras ocasiões, também aqui a implosão da classe dominante veio acompanhada ou viabilizou a retomada das mobilizações populares interrompidas logo depois do golpe. Assim, já em 1967/1968, reapareciam, paralelo à Frente Ampla, e mais além dos dois partidos oficiais, as greves e as manifestações estudantis que nas fábricas e nas ruas protestavam contra a política econômica e a repressão.

Sacudidos pelos conflitos intra-burgueses, ameaçados pela ressurgência popular e insatisfeitos com os primeiros resultados da política econômica, os próprios militares se dividem numa luta que repõe, uma vez mais, o velho conflito entre

nacionalistas e "cosmopolitas", estadistas autoritários e liberais. Castelo Branco cede, sucessivamente, abdicando de suas teses liberais em nome da unidade militar e acabá derrotado no episódio de sua sucessão por uma coalizão que aglutinava militares insatisfeitos e de variadas extrações ideológicas.

Naquela altura, pois, a crítica da Igreja, a deserção de algumas de suas principais lideranças, as derrotas eleitorais, o realinhamento dos insatisfeitos, o insucesso da política econômica e o reaparecimento da mobilização popular, falavam claro da impossibilidade de refazer o bloco dominante sem uma violenta recentralização do poder e uma rápida retomada do crescimento.

Hoje são poucos os que ainda não perceberam o verdadeiro significado do Ato Institucional nº 5. Sem que fosse possível equacionar os múltiplos conflitos da classe dominante, em uma situação semi-democrática, tampouco era mais possível - dada a complexidade dos interesses em presença - uma recentralização político-econômica que não fosse autoritária. E autoritariamente se reimpôs a ordem e as hierarquias necessárias à consolidação do regime com as supremacias do grande capital. Para sua viabilização se fez necessária a reestruturação definitiva do poder militar depurado de suas divisões internas.

E isso porque, entre 1964 e 1968, no momento da reorganização do pacto de dominação, foram respeitados os interesses secundários e mantidas as anteriores regras de convivência entre as várias frações dominantes. Dessa forma, apesar de que

o governo Castelo Branco fosse além da queima de bandeiras promovida por Vargas, e realizasse uma Reforma Tributária que esvaziou o poder de ação das instâncias regionais do Estado, e apesar de que o Parlamento tivesse aprovado sua proposta de um Estatuto da Terra que computava uma limitada Reforma Agrária, na verdade seguiu-se sem tocar na propriedade da terra e na permissividade especulativa do capital mercantil e financeiro. Assim, também a criação de um Banco Central autônomo foi um ato meramente simbólico mantendo o Estado seu poder discricionário sobre "contrato do valor" e sobre o "valor dos contratos". Com isso, não apenas dissolvia-se a autonomia do Banco Central, mas voltava-se a admitir e subsidiar a sobrevivência dos capitais internos e regionais em condições desfavoráveis de competitividade com os grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

Por onde, talvez, faça-se compreensível que em pleno apogeu do "milagre econômico" e da centralização autoritária, algumas eminentes lideranças civis e militares do pacto vitioso, defendessem, já no início dos anos setenta, a necessidade de uma abertura política limitada e de um progressivo afastamento dos militares da gestão direta do poder estatal. As contradições seguiam germinando por detrás e apesar dos "decretos-leis sigilosos". Impedido, politicamente, o avanço de uma hegemonia monopolizadora, mantinha-se vigente a mesma tendência contraditória que, há muito apontava para novas crises e, no longo prazo, para uma direção entrópica.

Mas, sobretudo, é a partir daí que se pode explicar o "fracasso" do ideário golpista de 1964. Havendo sido liberal

em sua primeira hora, deu lugar ao regime mais centralizado e autoritário de nossa história republicana. Havendo defendido a desestatização, propiciou o maior surto de crescimento do aparelho econômico e produtivo do Estado, sendo criadas mais empresas governamentais no período (cerca de 60% do total, segundo Luciano Martins) do que nos sessenta anos precedentes. Havendo defendido um combate decidido contra a inflação, produziu, no longo prazo, um verdadeiro escalabro inflacionário. Havendo propugnado a necessidade da centralização, não foi capaz de destruir os suportes descentralizantes. Havendo defendido um governo forte e coeso, acabou estilhaçando o aparelho e balcanizando o poder do Estado. Havendo visto na férrea disciplina dos militares o modelo e o suporte de um governo estável, assistiu, impotente, à progressiva deterioração da unidade militar. Havendo, enfim, defendido com entusiasmo udenista, a necessidade de combater a corrupção nacional-populista, acabou construindo o regime mais corrupto de nossa história republicana.

Mas nada disso, certamente, foi fruto de intenções conscientes ou de conspirações acessórias e aleivasas. Foi o desdobramento necessário da mesma tendência contraditória que derrubava o autoritarismo estadonovista. Uma tendência, contudo, que agora parecia enriquecida em suas dificuldades, pela complexidade crescente dos interesses econômicos e da tessitura social, promovida pela endogenização da acumulação industrial. Havíamos alcançado a tão ambicionada industrialização, mas ela não apenas deixara de somar as contradições que estiveram em seu impulso inicial, como as multiplicara, acentuando as heterogeneidades e as desigualdades que seguiam impondo a sua re

produção através da mediação estatal. Mais do que isso, seguiam combatendo dentro do Estado na busca de apoios e recursos que apareciam altamente comprometidos com interesses industriais que também mantinham sua simbiótica relação com a vontade estatal.

Na prática, o que ficava definitivamente claro era a inviabilidade de manter constante o valor das normas e do dinheiro, e de desestatizar uma acumulação capitalista eminentemente politizada e inviável sem a presença do Estado Desenvolvimentista. Outra coisa era compreender que, entretanto, esse mesmo Estado acelerava todas as tendências contraditórias numa direção que, no limite, paralisaria o sistema ou implodiria o Estado. Compreender que a eficácia na gestão de um sistema altamente heterogeneizado acaba impondo ao Estado uma ação descontinua, quando não ilegal, até um limite em que, como com a inflação, o casuísmo e o descontrole monetário voltam-se contra a eficácia, desgovernando as expectativas coletivas e gerando comportamentos que levam o Estado a uma situação de ingovernabilidade.

Por outro lado, mas numa mesma direção, esvaziados os partidos e o parlamento como canais de representação e locus de negociação, reforçou-se a velha tendência, transferindo para dentro da burocracia executiva todos os interesses que foram nascendo, novos, no processo de expansão capitalista. Consolidam-se, durante este período, o que alguns chamaram de "anéis burocráticos", a intersecção representativa-ativa da gestão militar-tecnocrática com os vários interesses privados. Fazem-

do-se esta representação de forma anárquica, segundo a lei pura e simples da força econômica-política de cada um dos interesses em conflito. Empresas, bancos, autarquias, diretorias e, obviamente, os ministérios foram ocupados e instrumentalizaram este conflito, acentuando o processo de fragmentação interna da burocracia estatal. A organização dos interesses e a canalização de suas demandas davam-se por dentro da estrutura burocrática, partidarizando seus aparelhos, os quais, instrumentalizando particularismos, construíam "generalizações" parciais que, ou conseguiam impor-se, constituindo uma supremacia no interior do Estado - como ocorreu no período de 1968-1974, com a aliança da grande empresa pública e privada - ou acabavam balcanizando o próprio poder, mais do que a mera administração.

Desta luta pelas vantagens auferíveis do controladas funções burocráticas, como vimos anteriormente, não há lugar para normas ou leis de caráter geral e permanente. Os instrumentos e as regras valem enquanto são eficazes, e a eficácia mede-se pelo número de frações que logram satisfazer suas demandas. Nesse contexto, aquilo que alguns consideram como indesejável corrupção, não passa de uma dimensão normal, consequência e prática inevitáveis co-constitutivas a este tipo de sistema ou regime político.

O mesmo podendo dizer-se do clientelismo, contra-faça popular desta mesma forma de organização política. Frente às várias frações populares, geográficas, econômica e politicamente desarticuladas, o Estado move-se de forma descontinua, permitindo ou negando sua participação no sistema político, median-

te o uso interminante da cooptação e/ou da repressão. Combinam-se, assim, a estatização das organizações sindicais mais combativas com medidas de política social, deixando-se aos mecanismos de poder local e à manipulação global por parte dos meios de comunicação de massa, a tarefa de construir e manter adesões eleitorais e fidelidade simbolicamente sustentada. Quando, entretanto, em situações de maior escassez e conflito, debilita-se a eficácia destes mecanismos, faz-se uso direto da repressão.

Agiganta-se, nesta forma de organização política, o papel dos meios de comunicação de massa - a TV em particular - que, substituindo as tradicionais funções dos partidos europeus, transformam-se no único meio de articulação entre as várias opiniões e vontades que se solidarizam "paralíticas" e unificadas, como opinião pública, através de seus "terminais" privados em uma aldeia global carente de vínculos orgânicos.

Este sistema político "estatizado", entretanto, não é estático. Nem, tampouco, as lutas no interior de sua burocracia conduzem sempre ao mesmo resultado.

Pressionado por suas múltiplas e contraditórias funções e dilacerado, internamente, por lutas incessantes entre grupos e cliques entrelaçados com sua burocracia, o Estado reage num primeiro momento burocratizando e centralizando, cada

vez mais, o seu poder no Executivo. Politizada a competição econômica, e estatizada a organização e luta entre os vários grupos de interesse, fragmenta-se, como vimos, o aparelho do Estado, atravessado pelas contradições e conflitos que perpassam a sociedade. Cada um de seus ramos assume a representação de interesses particulares, quando não é, ele mesmo, segmentado por várias coalizões de interesses. No esforço por impedir que a luta que atravessa seus órgãos, autarquias, corredores e gabinetes, dissolva completamente seu poder de iniciativa, restringindo sua capacidade de reproduzir as condições materiais e sociais de sua desintegrada base geográfica e econômica, o Estado recentraliza-se a cada nova pressão centrífuga. Para zelar pelos próprios interesses que se incrustam em seu aparelho, esvazia o poder do Parlamento e cria novas estruturas destinadas a sobrepor-se às demais, impondo, em última instância, o "interesse geral" definido pelos seus tecnocratas. Nesta direção, cancela progressivamente o poder de alguns de seus órgãos, produzindo outros que arbitrem as lutas internas. Essa dinâmica conduz à criação, no limite, de um núcleo central, cada vez mais reduzido, onde "parlamentam" em torno à Presidência da República, o alto comando da política econômica e das Forças Armadas. Processo perfeitamente lógico, na medida em que, como vimos, a política econômica constitui-se no instrumento central da ação estatal. A esse núcleo corresponde permanecer unido para impedir-se aos particularismos que já degeneraram, com seus conflitos, o poder das instâncias inferiores. A partir dele, ordenam-se em forma concêntrica os demais ramos burocráticos, assim como toda a gama de associações representativas que atuam ou vegetam à sombra da administração pública. Nele tomam-se as deci-

sões fundamentais. Dele alimentam-se as ilusões relativas à suposta autonomia da tecnocracia do Estado.

Na verdade, esse núcleo não goza da liberdade de iniciativa que muitos lhe imputam. Tampouco aquela é uma dinâmica aleatória. Pelo contrário, o poder do núcleo central emerge do conflito entre as várias frações, e da imposição entre elas, daquela que representa os setores ligados ao pólo metropolitana interno e externo. No avanço da centralização, não há apenas um Estado abstrato que se defende da desintegração, há a afirmação dos grupos mais fortes, sempre articulados internacionalmente, que impõem as suas diretrizes à política econômica oficial.

Portanto, o poder do núcleo central sustenta-se, em última instância, no aval das Forças Armadas mas, sobretudo, no apoio das frações hegemônicas, sem o que seria impensável sua estabilidade frente às pressões de toda ordem, vindas inclusive da própria máquina estatal.

Depois de 1965 e, em particular depois de 1968, o regime autoritário, uma vez mais, negando seu discurso ideológico, reconhece a centralidade do Estado no promoção da organização econômico-política da sociedade brasileira. Isto aparece retratado, também, no sistema partidário concebido e imposto a partir do Executivo e comandado pelas forças armadas e pela tecnocracia civil. Transparece na nova organização partidária, assumido conscientemente o que esteve implícito, como já comentamos, na trajetória política deste longo ciclo. Assume-se e



impõe-se um sistema bi-partidário, onde oficializa-se o caráter de "confederação estatal" de um, e o de "confederação dos penalizados" de outro. Assumindo-se, ainda mais, o que era o difícil segredo da "estabilização" anterior, a não rotatividade de no poder, que não fosse pela via da mudança do regime.

Na crise, a hora da verdade. Dois períodos de crise política aberta - 1950/1954 e 1961/1964 - dão lugar a dois surtos de crescimento e centralização. O primeiro, vivido em um "clima" democrático o segundo, em um regime autoritário. Depois dos anos cinquenta, parecera ser que os movimentos político e econômico sincronizam-se cada vez mais. O comprometimento do Estado, como "executor" da lei de valorização, junto com a posição de liderança do capital industrial no movimento de acumulação, fazem da compulsão ao crescimento sinônimo de industrialização, sincronizando os fluxos centralizantes com os ciclos expansivos da indústria. Por isso, exaurido o ciclo expansivo 1968/1974, repuseram-se os velhos problemas, somado a novos e inusitados desafios.

Como resultado da expansão anterior, ocorreram profundas transformações econômicas e sociais que alteraram as correlações no interior da equação política. Consolidaram-se de forma definitiva a indústria pesada de bens de capital e consumo durável, liderada, em todos os setores, pela grande empresa oligopólica internacional e nacional, privada ou pública e quase sempre associadas, ou pelo menos, interdependentes. Firmou-se assim, um pólo moderno e dinâmico, altamente concentrado, econômico e regionalmente, controlando mercados que já se cons-

tituem monopolizados. Completou-se a constituição de uma estrutura industrial relativamente complementar e auto-sustentável. Estiraram-se as distâncias, radicalizaram-se as diferenças, mas não se alteraram as dimensões básicas do problema. E isto, na medida em que a industrialização repôs, com maior intensidade, a questão política da sobrevivência das demais órbitas subordinadas ao capital.

Depois de quase dez anos de crescimento econômico e populacional continuado, o quadro social das desigualdades piorou. Não apenas por força da reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra, por parte de uma indústria intensiva em capital mas, sobretudo, devido à capacidade de desorganização e ruptura permanente de formas pretéritas de acumulação que se mantêm ou modernizam, atraindo e repelindo populações num movimento rural-urbano, intra-rural e intra-urbano, agravando a heterogeneidade estrutural. Com o que manteve-se e agravou-se o "desemprego estrutural" desviado para um mercado informal de trabalho e para os bolsões de marginalidade urbana onde concentra-se a grande maioria daqueles 40% de brasileiros que vivem, ainda hoje, em estado de miséria absoluta. População que vem sofrendo, muito mais que a classe operária, os efeitos de uma agricultura de alimentos que em suas transformações cíclicas desvairadas vai deixando como terra arrasada os cultivos de subsistência imersos na agricultura de exportação moderna ou tradicional. Fato que pesou decisivamente na deterioração dos salários e das condições elementares de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, nesse período, acentuaram-se as desi

gualdades regionais, consolidando-se a velha hierarquia entre estados centrais e periféricos, que sempre teve em São Paulo e Minas o seu eixo hegemônico e nos estados nordestinos o seu elo mais débil. Com a diferença, hoje, de que o aumento das desigualdades afetou o poder político individual daqueles estados, obrigando-os a uma atuação em bloco, na luta pela reprodução de seus interesses.

A um só tempo, ao enfrentar a desaceleração cíclica que se anunciava em 1974/1975, recorrendo uma vez mais aos mecanismos de financiamento externo dos investimentos internos, o governo contraiu, em poucos anos, dívidas internas e externas que acicateadas pelo aumento das taxas de juros do final da década, levaram o país à situação de insolvência por todos reconhecida.

Com o que, a centralização autoritária, feita sob a justificativa de conter a inflação, desestatizar, estabilizar as normas, crescer, debelar as desigualdades, consolidar a soberania-segurança nacionais, e acabar com a corrupção pública, logrou demonstrar que essas "mazelas" têm raízes mais profundas na própria natureza do conflito de classes, independentemente do regime político. Depois de 20 anos de autoritarismo, a estagnação e a inflação alcançaram níveis desconhecidos até então, o mesmo podendo dizer-se das desigualdades individuais e regionais, tanto quanto da "corrupção" pública. Aparecendo a soberania nacional extremamente questionada pelo lado da submissão financeira e pelo grau de autonomia decisória dos interesses constituídos pelas grandes corporações multinacionais. Conver

gindo tudo isto, para uma situação de instabilidade das normas, recessão econômica e, por fim, tal como em 1964, para um estado de paralisia decisória e de ingovernabilidade. E isto sob a condução autoritária dos militares e a sãbia batuta científica dos tecnocratas.

Na hora do descenso cíclico da produção industrial, repõem-se, pois, os velhos conflitos reforçados por essas novas realidades. Mais uma vez, coloca-se o problema do reacomodamento dos pactos e compromissos. Precipitando-se à realidade, o governo Geisel aposta numa nova recentralização estatizante e, até mesmo, nacionalista, e fracassa, parcialmente, ao não encontrar os apoios necessários.

A nova crise apresentava características inusitadas. No momento dos reacerros, a crise interna reforçou-se numa crise geral do sistema capitalista e da hegemonia norteamericana. Sem respostas possíveis, o regime perdeu progressivamente suas principais lealdades. Depois dos liberais, da Igreja e classe média, agora desertavam os empresários, as lideranças regionais e o próprio capital estrangeiro, recuado frente às condições de insolvência interna e externa do Estado Desenvolvimentista. No limite, o próprio Estado recua, desativando seus gastos e investimentos em obediência a um novo plano estabilizador. Renasce a luta interna da classe dominante com uma virulência desconhecida e por suas brechas cresce, autônomo, um movimento social amplo que exige melhores condições de vida e maior participação política.

Na confluência dos desencantos dos vitoriosos de ontem, com o sofrimento dos derrotados de sempre, germina uma nova realidade de contornos ainda imprecisos. O que parece certo, em nosso entender, é que o Estado Desenvolvimentista levou ao seu limite suas potencialidades e contradições, enfrentando, hoje, o desafio de um ciclo que parece exaurido e de uma tendência que aponta para sua implosão ou completa reformulação.

Sem nenhuma pretensão explicativa, que peque pelo simplismo, parece-nos significativo, contudo, que nessa hora, depois de sessenta anos, dolarize-se, obrigadamente, a economia nacional. Forçado pelos fatos, nosso dinheiro volta a submeter-se a um padrão monetário internacional. Na hora da crise, portanto, e frente a um futuro incerto, extinguem-se a eficiência do principal suporte desta longa e heterodoxa "acumulação politizada" cuja lei de valorização teve sua raiz mais profunda na liberdade de decisão estatal sobre o valor do dinheiro e do direito. Extingue-se esse poder na hora em que, muito provavelmente, estejamos assistindo à implosão do Estado Desenvolvimentista.

3. CRISE E INCERTEZA

3.1 A própria natureza deste ensaio rejeita conclusões, e aponta para novas pesquisas teóricas e históricas. Assim mesmo, algumas formulações provisórias e tentativas podem ser feitas visando, por um lado, organizar a continuação da démarche e por outro, sublinhar as dificuldades de pensar os caminhos futuros da sociedade brasileira. Sem desvestir completamente o fantasma da crise, nem poder de orientar o rumo da esperança, pode-se apontar, pelo menos, o ponto nevrálgico onde se condensam as dificuldades de qualquer interpretação ou previsão frente à conjuntura crítica em que estamos vivendo. De dentro dela, os projetos de democratização, por um lado, e de desestatização e descentralização, por outro, recolhem e repõem - como tentamos mostrar - problemas inscritos numa tendência de longo prazo, sinalizando uma opção aparentemente vitoriosa, que se constitui, ao mesmo tempo, no obstáculo central que objeta as suas possibilidades de sucesso. Esta situação cria um impasse, e constrói uma encruzilhada de difícil solução. Assim, se de um certo ponto de vista estamos vivendo o final de um longo ciclo, de outro, permanecem vigentes as contradições que havendo orientado o seu sentido tendencial impedem, hoje, a sua superação ou, pelo menos, apontam para um processo de lenta, dolorosa e insustentável reestruturação das relações sociais inscritas na estrutura constitutiva do capitalismo periférico brasileiro. Uma reestruturação que se anuncia dolorosa e lenta, exatamente porque, no limite do ciclo longo vivido entre 1914 e 1980, coloca-se a necessidade imperiosa de reorganizar os compromissos sociais e políticos que sustentaram as transformações ocorri-

das. E, nesse ponto, esbarramos com a realidade incontornável de um conflito que se faz imprevisível, na medida mesma em que tem o seu destino atrelado a uma correlação entre forças cuja intensidade não parece ser pouca nem facilmente contornável ou destrutível.

Desta maneira, estamos, uma vez mais, enfrentando a uma conjuntura de crise, a um horizonte de incertezas cujo equacionamento passa por uma luta política na qual estão em jogo os parâmetros de uma futuridade onde, eventualmente, serão repostas as próprias regras de valorização do capital, vigentes durante o período que estivemos analisando. Essas regras, como vimos, são basicamente políticas e, por isso, só encontram espaço para sua reorganização através de uma luta feroz, onde cada interesse deverá valer-se por si mesmo. Mas onde, também, cada grupo de interesse contará, como seu principal recurso de poder, com a fatia de que dispõe no interior de um Estado, do qual, paradoxalmente, todos se querem desfazer.

Em síntese, estamos enfrentando na crise brasileira um momento de reorganização de suas relações políticas e econômicas de dominação, o que só será possível através de uma transformação do próprio Estado numa direção que pode, ou não, lastrear um processo sustentado de democratização.

E isso porque, como vimos em nossa esquemática análise anterior, é no período posterior a primeira guerra mundial que a presença crescente e centralizada do Estado faz-se componente indispensável de um capital, cujo trajeto de acumulação al-

tera as tendências à equalização e à concentração, inscritas na lei do valor.

Essas tendências "normais" no capitalismo cêntrico, tem levado, em todas as suas etapas, a uma desigualdade bi-polar dos dominantes e dominados, dos grandes capitais e dos capitais dispersos. Mas têm preservado, contraditória e conflituosamente, a igualação das condições de reprodução em cada um desses estratos. A novidade trazida pelo monopólio foi o aparecimento do Estado como agente mantenedor da bi-polaridade, assegurando a equalização entre os iguais, pela via da homogeneização da taxa de lucros no pólo dominante monopolista e sua diferenciação da taxa do setor não monopolizado garantindo uma taxa média para todo o sistema. Um Estado moderno, pois, que arbitra, organizando a igualdade dos grandes capitais, por oposição aos capitais dispersos e simultaneamente assegura a reprodução dos dominados.

Daí, a verdade parcial dos que, sublinhando um aspecto, falaram de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, a monopolista de estado; e dos que, sublinhando o outro, destacaram a dimensão protetora do bem estar social, nos estados modernos do capitalismo desenvolvido.

Já no caso do capitalismo periférico e, do brasileiro em particular, a valorização plasma-se numa direção oposta, "desigualizadora" e, só parcialmente, concentradora. Tendência que, não sendo bipolarizante, passa pela reprodução e quando não, pelo agravamento da heterogeneidade estrutural dos vários es-

tratos ou segmentos econômicos e sociais e de cada espaço regional. Aqui, o Estado aparece desde o início, atuando numa direção distinta, na medida em que, tratando como iguais capitais que são desiguais, produz e fortalece a desigualdade, agenciando um desdobramento peculiar da lei do valor, onde, reprodução e acumulação convivem com uma desigualdade assegurada pela ação estatal.

No pólo dominado, também, ao contrário dos países centrais, o Estado periférico e, no caso, o brasileiro, não propicia as condições de reprodução social da totalidade da força de trabalho nem assume a responsabilidade pelos "marginalizados". Nesse sentido, ao invés do estado de bem-estar social, o que temos é uma combinação permanente e alternada de paternalismo e repressão. O que, se bem não impede que toda a população tenda a estar imersa no "mercado capitalista", o faça como consumidora marginal dos seus produtos materiais e culturais, incluído aí a aspiração ao bem-estar e ao conforto, próprios de um capitalismo desenvolvido. Mas nunca na condição de população trabalhadora, com todas suas implicações sócio-econômicas, nem na condição cidadã, com todas as suas implicações político-ideológicas.

Desta forma, por trás das similitudes formais, que aproximam o Estado moderno dos países cênicos e periféricos, aninham-se diferenças significativas, ligadas ao tipo de papel cumprido, tanto no movimento de acumulação do capital quanto na reorganização periódica da estrutura de dominação. Entretanto, é importante sublinhar, que essas diferenças não se expli-

cam, abstratamente, a partir de requerimentos postos por fases ou etapas de um desenvolvimento capitalista linear. Fica visível, na análise do caso brasileiro, os conflitos políticos reais entre interesses de classe e frações que vão impondo conteúdo e forma ao envolvimento do Estado na regulação e no próprio processo da valorização.

Assim, se lá como aqui, o Estado cumpre uma função arbitral, o faz, como o dissemos, de maneira completamente distinta, num caso do outro. E essa diferença foi construída historicamente, pelo conflito das classes e a competição dos capitais que lograram resguardar, politicamente, suas áreas de interesse econômico, pactuando sucessivos compromissos que, se viabilizaram o Estado Desenvolvimentista e a industrialização, os balizaram dentro de limites impostos por suas forças relativas.

Donde, por isso mesmo, esses compromissos jamais lograram desempatar a luta entre as várias frações e capitais individuais a favor dos mais fortes economicamente. O tratamento "igual dos desiguais", impunha, na verdade, uma batalha constante pelo controle da capacidade de arbítrio monetário e jurídico do Estado. Nesse sentido, aliás, em termos mais rigorosos, não houve nem mesmo um tratamento permanentemente igual dos desiguais. Houve, na verdade, uma luta constante e, como resultado, foram tratados "igualmente", de forma transitória, os vitoriosos de cada turno, dando lugar, à uma luta interminável e, como consequência, à uma estabilidade financeira e jurídico-política crônica.

Nesse quadro, recuar seria a tragédia da dissolução do sistema, e avançar aparecia como a única solução, ainda que fosse pela via de uma valorização heterodoxamente politizada do capital. Uma valorização que, por causa de seus limites políticos, permitiu o convívio e a sobrevivência de frações e órbitas financeiras mercantis altamente especulativas, e de frações industriais e agrárias de baixa produtividade. Sendo que nesse processo, à diferença dos países centrais, os derrotados e os vários setores dominados da "sociedade civil", jamais tiveram algum poder de veto sobre as decisões dos vitoriosos. A própria forma de participação estatal impelia à centralização e ao autoritarismo.

3.2 Do ponto de vista de sua dinâmica de médio e longo prazo, o movimento de reprodução e acumulação desse capital, passando pelo Estado, apontava, em suas condições e conflitos, numa direção simultânea de crescimento e entropia. Assim, se a "fuga para frente" propiciou a centralização estatizante e a industrialização, ao mesmo tempo desencadeou uma dinâmica cíclica com crises políticas periódicas que afetavam a capacidade do Estado de estabilizar o compromisso fundamental em torno à intocabilidade dos interesses condominados. Estes ciclos e crises, de muito maior intensidade política do que econômica, são compreensíveis a partir de uma dupla determinação.

De um lado, estava o poder discricionário do Estado sobre o valor do dinheiro e das normas, o qual, permitindo-lhe que, através de sua política econômica desvalorizasse de forma arbitrária patrimônios e capitais - em função apenas de uma cor relação de forças, alterável em cada momento -, dissolvia a possibilidade de "perspectivas futuras constantes", condição bã sica de qualquer investimento de porte médio e longo prazo de maturação. Donde, a contraface do "enorme" poder estatal fosse uma expectativa constante, por parte da maioria dos agentes econômicos, de uma perda arbitrária de valor e lucratividade dos seus capitais. Como conseqüência, politizara-se a competição econômica, tendendo a transformar a concorrência de mercado em luta por alguma fatia do poder estatal. Por aí, a progressiva fragmentação do aparelho e balcanização do poder do Estado, mas também, a perenização de um comportamento defensivo-especulativo, dos vários agentes econômicos-financeiros, o qual, extrapolando situações circunstanciais, transformava-se em fenômeno estrutural. A aversão ao risco e a necessidade de investimentos promovidos e subsidiados vai de par com a tão comentada falta de "espírito conquistador" de grande parte da burguesia empresarial.

Por outro lado, estava a obrigação estatal de financiar, ou executar diretamente, gastos e investimentos ampliados, o que lhe impunha definir e sustentar as novas fronteiras de expansão da acumulação. Tarefa que acometeu pavimentando, num primeiro momento, as condições da industrialização, e avançando, logo depois, os ciclos próprios de sua consolidação e expansão. Mas, como conseqüência, todas as desacelerações pro-

vocadas, seja pelos constrangimentos externos, seja pelo des-
cenço no ciclo curto do capital industrial, afetaram o seu vo
lume de recursos e a sua capacidade de gastos desacelerando au-
tomaticamente os capitais e empreendimentos dependentes de seu
gasto ou de seus subsídios. Nesses momentos, cresciam as expéc-
tativas negativas acompanhando a luta dentro do Estado, provo-
cando a sua transitória paralisia e, como decorrência, uma ine
vitável crise política e financeira, lastreada, invariavelmen-
te, por uma aceleração inflacionária. Como solução, apareceram
sempre os planos frustrados de estabilização, por trás dos quais
rearranjavam-se os compromissos, reformulando-se o sistema fi-
nanceiro e redefinindo-se as novas regras da futura gestão es-
tatal. A partir daí, mantido o patamar inflacionário anterior,
tínhamos viabilizado um novo surto de crescimento, durante o
qual, como é óbvio, estabilizavam-se as expectativas diminuín-
do o número dos penalizados.

Donde, nesse peculiar processo de acumulação, o Esta-
do fesse tão brutalmente sensível a todas as desacelerações do
crescimento. Sem nenhum mecanicismo simplório, poderíamos di-
zer que, neste contexto, toda e qualquer perspectiva de estag-
nação gerava automática instabilização política, ao descontro-
lar as expectativas, desativar os investimentos, multiplicar os
conflitos, acelerar a inflação e paralisar a fragmentada máqui-
na de um poder estatal cada vez mais balcanizado.

Assim, se numa primeira fase, até os anos 50, o Esta-
do se mostrava hipersensível a qualquer afecção do setor exter-
no, a partir de então, todas as desacelerações industriais, re-

ais ou previstas, estiveram acompanhadas de crises político-institucionais e financeiras. A instabilidade crônica das instituições e o caráter periódico de suas crises, recortam, assim, uma espécie de interciclos políticos sobre o ciclo longo, definido, como vimos, pelas recentralizações impostas pelos vários compromissos assumidos politicamente pelas heterogêneas frações da classe dominante.

Nesse sentido, entende-se como foi que o mesmo impulso que levou à hiper-centralização e ao crescimento conduziu à fragmentação e periódicas paralisias do aparelho do Estado, e à instabilização crônica das expectativas micro e macro-econômicas. Entende-se, também, como a contraface contraditória da industrialização e do desenvolvimento, nesse caso, tenha sido a monopolização desigual do capital, a manutenção de ondas explosivas de valorização especulativa e a astrofia de uma burguesia "nacional". Esta, dividida e esfalfada na luta pelo controle de alguma fatia do poder estatal, sempre teve, a partir da experiência do Estado Novo, na bandeira da desestatização e na mobilização controlada das populações urbanas, o seu argumento ideológico e o seu instrumento de "chantagem" mais eficaz nos períodos de derrota ou marginação das "vantagens" estatais.

Nesta contradição esconde-se, em nosso entender, o segredo da acumulação capitalista e do Estado Desenvolvimentista brasileiro, impulsionados em seu movimento por uma tendência de longo prazo que, viabilizando o desenvolvimento como solução obrigada de compromisso, apontava, contudo, numa direção

entrópica, que, germinando a cada crise, conduziu ao impasse em que estamos envolvidos. Nele alcança seu limite e eficácia possível do compromisso desenvolvimentista, e da estratégia de "fuga para frente", responsáveis por uma "lei de valorização" que, se teve no Estado seu momento decisivo, nele também tem, logicamente, o epicentro e a maior incógnita da crise atual.

O próprio fato de que, nessa conjuntura, a luta pela desestatização apareça associada a uma defesa, pela classe dominante, das virtudes democráticas, parece estar sinalizando um novo patamar histórico, ou, segundo nossa hipótese, o fim de um longo ciclo político-econômico nas regras de valorização - postas e repostas, politicamente, desde o início do século - de um capital que, hoje, para expandir-se necessita revê-las, refazendo os compromissos que as sustentaram e, quem sabe, implodindo o próprio Estado desenvolvimentista.

Fica difícil, entretanto, saber até que ponto, as várias frações nacionais e regionais da classe dominante conseguirão desvencilhar-se desse Estado, ou, pelo menos, estabilizá-lo, definindo as regras de seu tratamento "igual dos desiguais".

O que parece certo é que a crise atual tem uma profundidade e complexidade até aqui desconhecidas, e que, o projeto desestatizante apresenta-se hoje como uma força que não teve em 1945, 55 ou 65, momentos anteriores em que foi proposta pelas frações penalizadas e, logo depois, abandonado por essas frações, que, vitoriosas, já controlavam o poder que havi-

am criticado. E se o projeto desestatizante apresenta-se com essa força é porque, também, a centralização estatizante alcançou uma dimensão insuspeitável, levando a um limite máximo o perigo representado pelo seu poder discricionário. Numa fase recessiva, como a que vivemos, onde o ciclo industrial aparece associado a uma crise econômico-financeira internacional, somam-se às restrições internas, o congelamento do financiamento externo, obstáculos centrais à retomada do crescimento. Nesse momento, como nas crises anteriores, descontrolou-se o sistema financeiro, só que agora a inflação atingiu níveis desproporcionados, somando à incapacidade de gastos e investimento estatal, a aceleração das expectativas negativas e dos comportamentos defensivos-especulativos. Donde, desgoverna-se a iniciativa do Estado, que paralizado pela balcanização interna do seu poder, vê-se obrigado a uma sinuosidade e a uma incoerência crescentes, explicitadas nos "casuísmos" legais, no seu comprometimento em empreendimentos ilegais e, finalmente, no seu envolvimento direto, como co-promotor da "ciranda financeira" e, com ela, da especulação improdutiva e da inflação. Neste quadro, a solução aparente apontaria para o velho recurso que, com uma maior dose de autoritarismo, talvez permitisse sustentar a arbitragem de um novo compromisso, o qual, revertendo as expectativas e suavizando a intensidade dos conflitos, permitiria uma retomada do crescimento tendo no Estado, uma vez mais, o seu pólo aglutinador e promotor. Mas essa solução, bem sucedida em todas as crises posteriores aos anos vinte, hoje aparece politicamente inviável.

3.3 As recentralizações estatizantes e desenvolvimentistas, como movimento de "fuga" ao conflito, já não tem onde encontrar instâncias superiores de arbitragem e aval das regras de reprodução desigual. Desde sua origem, este padrão de "acumulação politizada" teve nos militares, como vimos, o recurso potencial ao qual recorriam, em última instância, as frações penalizadas. Depois de 1964 e, em particular, depois de 1968, a sustentação do compromisso impôs a solução limite: fez-se indispensável a arbitragem direta dos militares, instrumentada por uma tecnocracia civil, corresponsabilizada na gestão do pacto ali estabelecido. Usava-se, assim, no comando deste que foi o movimento mais profundo de centralização, quem fora, até então, o árbitro em última instância. E, com isso, depois do ciclo expansivo ocorrido entre 1968 e 1974, na retração, ao renascer o conflito e refragmentar-se o Estado, as próprias organizações viram sua unidade ameaçada por um processo igual de balcanização de seu poder. Sua crescente parcialidade, no apoio explícito ou implícito a uma política econômica que não apenas favorecia determinados setores, mas também produzia os seus próprios parceiros ilegais, erodiu sua legitimidade frente às regiões desfavorecidas, às grandes massas urbanas e às órbitas prejudicadas do capital. O período Geisel foi sintomático nesse sentido: tentando impor um novo movimento de centralização estatizante, já não encontrou os apoios sociais e políticos de outrora. Fracassou, e seu intento acelerou, apesar da aparência em contrário, a divisão interna dos militares, que cresceu nos anos seguintes, acabou levando-os à impotência.

Assim mesmo, apesar da decomposição notória, e do

longo período de retração, a completa falta de alternativa dentro dos horizontes estabelecidos pelas regras básicas do acordo comum, impedia que o regime fosse, uma vez mais, substituído. Afinal, gastara-se a última carta, e os militares, primeiros porta-vozes da proposta centralizadora, não encontravam mais solução na "fuga para frente" às contradições não enfrentadas, em suas raízes, de uma acumulação que teve que respeitar a heterogeneidade.

Nesse quadro, seguir em frente significaria a quebra das Forças Armadas ou a passagem a um regime totalitário, soluções igualmente inaceitáveis nos termos do pacto que impôs a própria intervenção militar. Mais inaceitável ou inviável, como é óbvio, seria uma solução que passasse pelo avanço da ação estatal na direção de um planejamento estrutural global. Nesse caso, estaríamos no caminho do socialismo com que muitos sonharam na década de cinquenta, alcançado por uma mágica intra-estatal.

Assim, posto frente a uma recessão e a uma inflação sem precedentes, balcanizado internamente, com sua elite civil e militar imobilizadas pelas divisões, choca-se, no limite, com os próprios supostos de sua força: a intocabilidade da terra e dos grupos financeiros privados; a permissividade para a sua valorização especulativa; a proteção de certas improdutividades; a autonomia decisória do capital estrangeiro; a incontrolabilidade dos fluxos de financiamento externo; e, finalmente, a sua própria e natural falta de autonomia frente a esses vários interesses. O Estado desenvolvimentista alcançou, enfim, o

limite da eficácia possível de sua intervenção.

Impôs-se, assim, como necessidade da própria tendência "positiva" que nos trouxe à crise atual, mesmo sem doutrina ou programa, o que foi sempre a proposta e o instrumento de pressão e chantagem dos prejudicados, o horror do pensamento conservador dos anos vinte e do positivismo militar, desde sempre: descentralizar, desestatizar e democratizar, para crescer.

Isso, entretanto, não desfaz a realidade estrutural construída e embutida na ação e na própria institucionalidade do Estado e da economia. Onde, o verdadeiro conflito político e debate ideológico, gire em torno ao problema da desestatização. Frente a ele, o pensamento conservador não visualiza os seus limites políticos impostos à eficácia estatal, e oblitera, assim, a necessidade daquela intervenção imposta e delegada pelas várias frações da classe dominante como solução para o problema de sua equipotência. As classes dominantes desconhecem-se, dessa forma, como os verdadeiros autores desta fórmula e beneficiários de sua implementação, propondo jogar fora a bacia, a água e a criança. Por outro lado, o pensamento progressista sente-se numa difícil encruzilhada. Convencido de uma autoria que não teve, e acreditando fielmente na possibilidade de um planejamento estatal do desenvolvimento, tem dificuldades para compreender os limites intransponíveis desse planejamento na situação brasileira, e se propõe, aliado a uma técnica dissidente e "nacionalista", a defender de dentro e de fora do aparelho do Estado, a necessidade de uma arbitragem estatal que só seria possível desobstruindo os seus limites de

classe.

Mais além do nevoeiro ideológico, entretanto, a realidade dura e crua dos fatos impostos por uma estrutura construída durante sessenta anos de centralização continuada, aponta para um quebra-cabeças de difícil solução: como desvencilhar-se de um Estado de que todos dependem economicamente, numa luta em que o principal instrumento de poder de cada um é a própria fatia do Estado que controlam?

Sendo previsível que sejam mantidos os parâmetros estruturais, ainda por um longo tempo, a mera aceitação de regras iguais e democráticas significará, inevitavelmente, a manutenção do conflito em uma situação aberta e com participação popular, com uma alta probabilidade que isso conduza ao estilhaçamento do Estado que aí está. Numa situação limite, não seria aventurado prever uma tendência à centralização do capital, em todas as suas formas, a qual liquidaria, inevitavelmente, os interesses secundários e mais frágeis, destruindo os suportes políticos do compromisso, nascidos nos anos vinte. Dadas as tendências mundiais, é de supor-se que por esse caminho abririam-se as portas a um definitivo processo de internacionalização das órbitas agrária, mercantil e financeira do sistema econômico brasileiro. Finalmente, a homogeneização dos "verdadeiramente dominantes". Muito mais difícil é prever o que ocorreria com os dominados. A sua participação em um sistema político aberto coloca pela primeira vez, na história brasileira, o desafio da convivência democrática com as reivindicações e os conflitos postos pela presença popular na cena política. A forma pe-

la qual for equacionado esse problema pesará decisivamente na determinação da natureza desse Estado futuro, em claro processo de gestação na crise atual.

3.4 Já disseramos anteriormente, que a releitura teórica do passado, não é capaz de exaurir as incertezas futuras. Ainda menos, quando nos encontramos envoltos numa crise de tamanhas proporções. Nesse momento, mais do que nunca, tornam-se incontroláveis as expectativas coletivas, e os atores econômicos, sociais e políticos fazem-se e refazem-se, com enorme velocidade e segundo recortes, que agrupam interesses extremamente variáveis e inorgânicos. Adensa-se o peso da força material dos grupos de interesse e das vontades políticas de cada setor ou região na imposição de uma solução que nascerá, inevitavelmente, de prolongada luta sem leis nem fronteiras, que não sejam impostas pelo próprio desdobramento do conflito. Agora, mais do que nunca, como diria Gramsci, estamos enfrentando a um "processo em desenvolvimento, que tem por autores os homens e a vontade e a capacidade dos homens". Agiganta-se pois, a força, a vontade e as expectativas como fatores determinantes de uma trajetória, frente à qual, a teoria encerra sua tarefa, re conhecendo sua impotência.

O único que parece possível dizer, numa hipótese que em amplas linhas resume o pensamento exposto é que, claramente, esgotou-se a possibilidade de seguir-se equacionando o conflito entre as várias frações da classe dominante e, dessa, com os diversos setores dominados, na forma de um compromisso cujas

contradições empurram o desenvolvimento e a centralização estática como solução e anúncio da próxima crise. Esgotou-se um ciclo que, a partir dos anos vinte, tendo no estatismo e na centralização sua face manifesta, manteve um ritmo regular na sucessão de um tempo político que organizou-se de forma igualmente centralizante (ainda que movido, como é óbvio, por outras forças e segundo uma outra lógica) entre 1830 e 1870, e abriu-se num movimento de descentralização do poder movido pela dinâmica de uma acumulação capitalista agro-exportadora, regionalizada e oligarquizada, a partir dali, até o momento da primeira guerra mundial.

A hipótese aponta, assim, para uma descentralização necessária do poder. Mas, a diferença daquele tempo, hoje, a complexidade dos interesses e o grau de concentração real do poder, dificultam qualquer sonho liberal-federativo. O mais provável é que a batalha pela desestatização encubra longo período de luta e incerteza, onde se estarão definindo as regras da gestão política e econômica do novo ciclo de crescimento industrial, que ocorrerá inevitavelmente, aproveitando as fronteiras abertas pelos novos horizontes tecnológicos. Nesse período de crise e reformas, deverão ser solucionados os problemas postos pelos poderes discricionários do centralismo estatista. No caminho, já dissemos, não é improvável um estilhaçamento do poder do Estado, como ante-sala de um movimento de monopolização internacionalizada, o beneficiário provável, do próximo surto de crescimento econômico.

Se estiver correta nossa hipótese, o mais provável é que

ecoe, com mais eficácia hoje do que no final do século passado, aqui como alhures, a profecia formulada por Nietzsche: "... cedo irromperá com ainda maior energia o grito de combate; ... o menos de Estado possível".

BIBLIOGRAFIA

- BELLUZZO, Luis G.M. e COUTINHO, Renata (orgs) (1983) - Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 1 e 2: ensaios sobre a crise; São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO, Fernando H. (1981) - Las Clases Sociales y la Crisis Política en A. Latina, in Clases Sociales y Crisis Política en A. Latina; México, Siglo Veintiuno Editores.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. (1982) - O Capitalismo Tardio; São Paulo, Brasiliense.
- FERNANDEZ, F. (1976) - A Revolução Burguesa no Brasil; Rio de Janeiro, Zahar.
- KARIEL, Henry S. (1983) - Beginning at the end of democratic theory, in DUNCAN, G. (editor) (1983) - Democratic Theory and practice; Cambridge, Cambridge University Press.
- PORTANTIERO, Juan C. (1984) - La Democratizacion del Estado, in Pensamiento Iberoamericano, Revista de Economía Política, nº 5A, Janeiro-Junho; Madrid, ICI/CEPAL.
- POULANTZAS, N. (1978) - L'Etat, le Pouvoir, le Socialisme; Paris, PUF.
- WOLIN, Sheldon (1983) - Reagan Country apud Kariel, Henry S. (1983) Beginning at the end of democratic theory, in DUNCAN, G. (editor) (1983) - Democratic theory and practice, Cambridge; Cambridge University Press.



PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1986
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

- | | Nº de páginas |
|--|---------------|
| 01. SOUZA, Isabel R.O. Gómez de. <u>Pressupostos ideológicos da estratégia participativa de administração pública.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 85) | 22 |
| 02. HAGUENAUER, Ida. <u>O complexo químico brasileiro. Organização e dinâmica interna.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 86) | 114 |
| 03. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. <u>Nacionalismo versus questão nacional: o exemplo da política nuclear no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 87) | 89 |
| 04. FIORI, José Luís. <u>A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil - uma hipótese preliminar.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 88) | 113 |